



RELATÓRIO ANUAL

2011

MINISTÉRIO
PÚBLICO

RIO GRANDE DO SUL

Expediente

COORDENAÇÃO-GERAL

Jayme Weingartner Neto. Promotor-Assessor, Coordenador do Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI

Organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - Unidade de Gestão Estratégica

Editoração e Diagramação: Gabinete de Comunicação Social - Assessoria de Imagem Institucional

Jornalista Responsável: Cristina Bartholomay Oliveira

Rio Grande do Sul. Ministério Público.

Relatório anual 2011 / organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2012.
96 p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. I. Título.

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Procuradoria-Geral de Justiça

Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre/RS - 90050-190

Telefone: (0XX51) 3295 1100 E-mail (geral): pgj@mp.rs.gov.br

Eduardo de Lima Veiga,
Procurador-Geral de Justiça.

Ivory Coelho Neto,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Daniel Sperb Rubin,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Marcelo Lemos Dornelles,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Julio Cesar Finger,
Secretário-Geral.

Armando Antônio Lotti,
Corregedor-Geral do Ministério Público.

Ruben Giugno Abruzzi,
Subcorregedor-Geral do Ministério Público.





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

9

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

10

ORGANOGRAMA

11

GESTÃO INSTITUCIONAL

12

APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

21

ÁREAS DE ATUAÇÃO

28

GESTÃO ADMINISTRATIVA

83

MISSÃO

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

VISÃO

“Ser reconhecida como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais.”

VALORES

Compromisso Social
Independência
Democracia
Combatividade
Efetividade
Transparência
Ética/Integridade


Anualmente, compete ao Procurador-Geral de Justiça submeter à Assembleia Legislativa o relatório das atividades anuais do Ministério Público, comparecer à Casa do Povo para o relato e também discorrer sobre as eventuais necessidades do Ministério Público (Lei Estadual nº 7.669/82, artigo 25, incisos III e IV). Trata-se, substancialmente, de celebrar os princípios constitucionais de acesso a informações, publicidade e boa governança, bem como de fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência e do controle social na administração pública.

Por um lado, a instituição prossegue na consolidação da cultura de gestão estratégica, tendo uma clara visão estabelecida no Mapa Estratégico que tem 2022 como horizonte, valendo notar que o próprio Conselho Nacional do Ministério Público liderou e produziu um Mapa Estratégico Nacional ao longo de 2010, em tudo harmônico com o do Rio Grande do Sul. Neste contexto de gestão, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei nº 13.847/2011, que regulou a função de direção de promotoria de justiça, com uma série de atribuições administrativas.

Ao lado das funções tradicionais junto ao sistema de justiça, que vão espelhadas neste relatório, o Ministério Público atua como agente de inovação, com especial atenção para a efetivação de políticas públicas e ênfase na promoção de direitos humanos e no combate à corrupção. No cenário nacional, aproveita-se para apoiar a Proposta de Emenda Constitucional nº 15/2011 (efetividade do duplo grau de jurisdição) e repudiar a de nº 37/2011 (pelo risco de impunidade oriundo de monopólio investigativo para as polícias). Desde novembro de 2011, Grupo de Trabalho prepara-se para aplicar a Lei nº 12.527/2011, o que implica providências administrativas e custos adicionais para garantir o acesso de informações à cidadania. Aliás, os dados financeiros, administrativos e de atuação funcional inclusos também foram remetidos ao Conselho Nacional do Ministério Público.

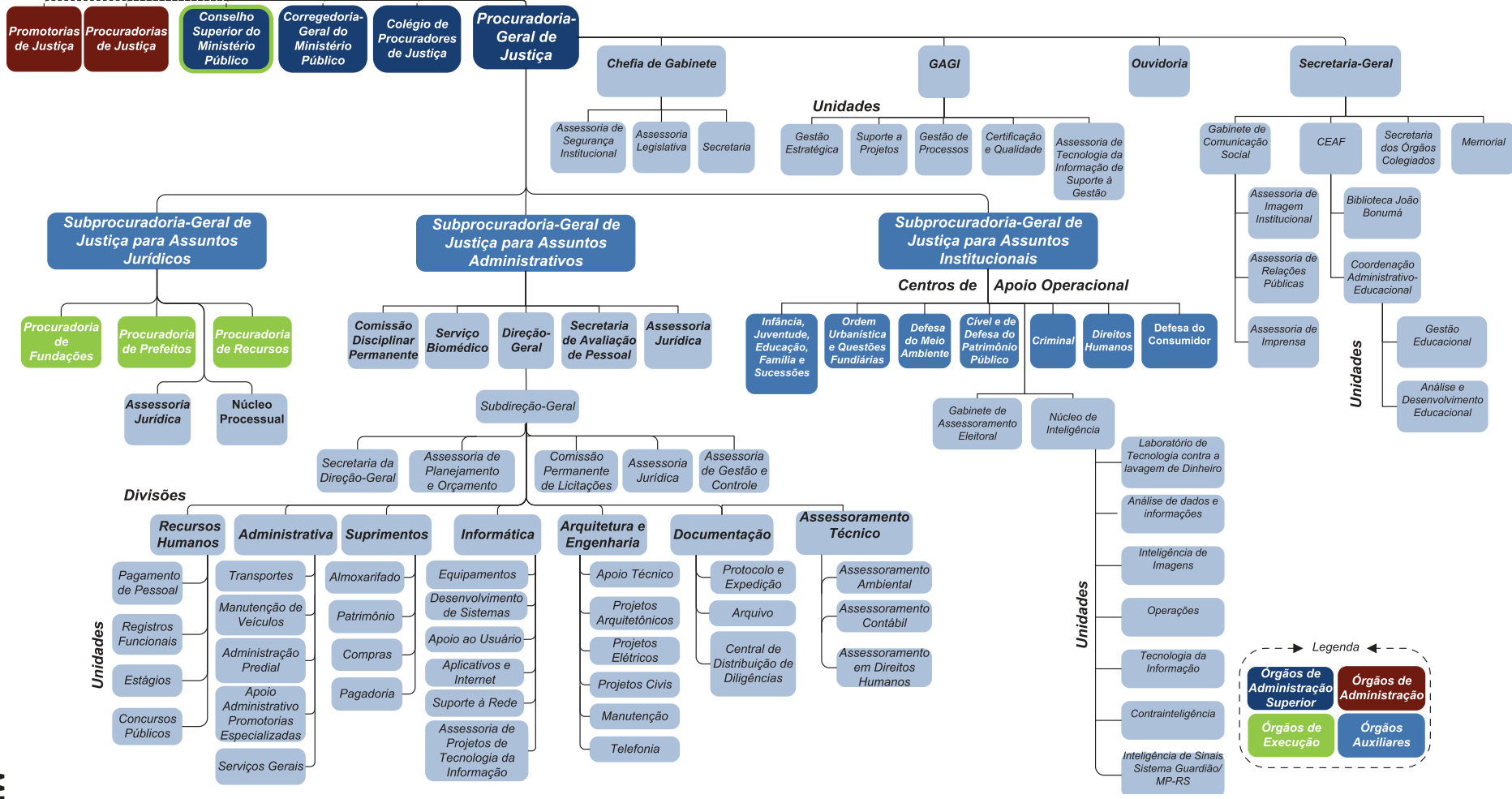
Destaca-se, por fim, o esforço de manter a instituição à altura dos desafios contemporâneos. Diante de vetores tão dinâmicos como a gradativa virtualização dos processos e os impactos da questão previdenciária, prepara-se a reestruturação da gestão de pessoas, com reflexos no Poder Legislativo em relação, por exemplo, a Plano de Carreira, a par de avanços na atividade finalística (atuação regionalizada, otimização da função extrajudicial), de modo a manter o equilíbrio financeiro e orçamentário. Há hoje, também por razões de austeridade, duzentos e quarenta e cinco cargos vagos dentre Procuradores e Promotores de Justiça, com prejuízos sensíveis à efetiva concretização das tarefas cometidas à instituição pela Constituição Federal, o que precisa ser gradativamente superado.

Eduardo de Lima Veiga
Procurador-Geral de Justiça



O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 incumbiu defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Conta com seus órgãos de Administração Superior (Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Corregedoria-Geral), de Administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e de Execução (Procurador-Geral, Conselho Superior, Procuradores e Promotores de Justiça).

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul



para maiores informações acesse: <http://www.mp.rs.gov.br/estrutura>

Gestão Institucional



MINISTÉRIO PÚBLICO

GESTÃO ESTRATÉGICA

Gestão estratégica é o conjunto de decisões e ações que determinam o desempenho de uma organização a longo prazo. Inclui a análise dos ambientes interno e externo, formulação e implementação da estratégia, avaliação e aprendizado. A principal função deste modelo consiste em fazer com que os objetivos, projetos e ações definidos sejam sistematicamente gerenciados com vistas à sua implementação e, se necessário, sejam revisados para melhor consecução da visão de futuro da organização.

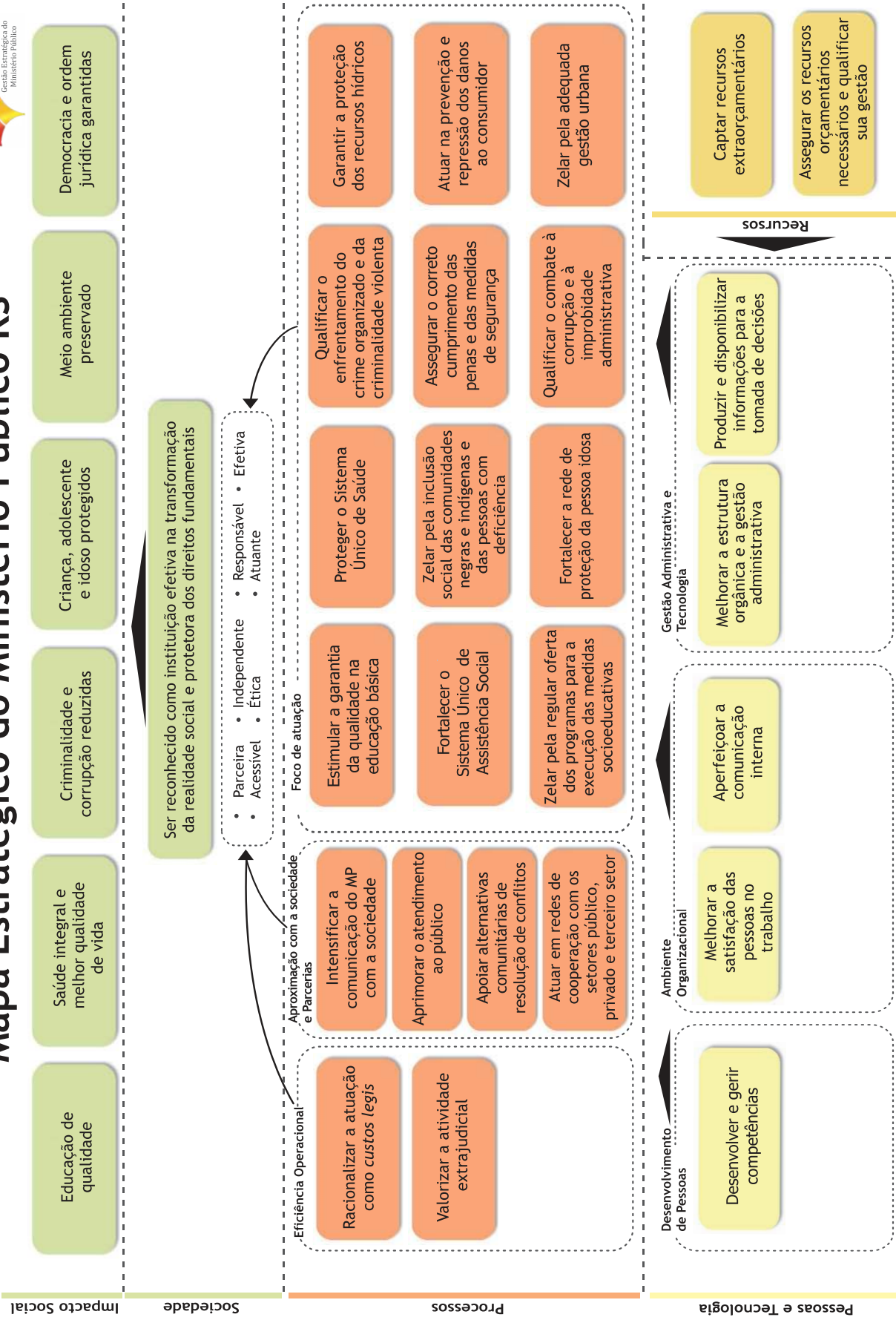
O MPRS adotou, desde 2008, um modelo de gestão estratégica baseado na metodologia do Balanced Scorecard – o GEMP 2022 – sendo a estratégia institucional traduzida em objetivos, indicadores, metas e projetos específicos. O modelo prevê, ainda, a análise periódica dos resultados alcançados e a realização de reuniões de gestão para avaliação e

tomada de decisões com o intuito de garantir o alcance dos objetivos pretendidos, bem como para a correção de rumos, caso necessário.

Ao longo do ano de 2011, foi feita a atualização do Mapa Estratégico da Instituição, que consiste na representação gráfica da estratégia, evidenciando os desafios que o MPRS terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro. O Mapa é estruturado por meio de objetivos, distribuídos nas perspectivas organizacionais, interligados por relações de causa e efeito.

A revisão do Mapa Estratégico da Instituição abrangeu a alteração na redação dos seguintes objetivos: “Estimular a garantia da qualidade no ensino fundamental” para “Estimular a garantia da qualidade na educação básica”; “Zelar pela regular oferta de programas de proteção da criança, do adolescente e de suas famílias” para “Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social”; “Fiscalizar a execução da sanção criminal com vistas à redução da reincidência” para “Assegurar o correto cumprimento das penas e das medidas de segurança”; e, “Zelar pela regularidade do parcelamento do solo urbano” para “Zelar pela adequada gestão urbana”. Na sequência, é possível conferir a versão atualizada do Mapa Estratégico do MPRS:

Mapa Estratégico do Ministério Público RS



Também foi revisado e atualizado o portfólio de programas e projetos estratégicos da Instituição. Programas e projetos estratégicos são iniciativas que auxiliam as organizações no alcance dos desafios impostos pelas metas de longo prazo e estão diretamente associados à implementação da estratégia. Desse modo, o portfólio compreende o conjunto de programas e projetos institucionais com a finalidade de alcançar os objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do MPRS, conforme apresentado no quadro a seguir:

Objetivos	Programas/ Projetos	Descrição
Valorizar a atividade extra-judicial	Jurisprudência CSMP	O projeto visa sistematizar as decisões do Conselho Superior do Ministério Público, de forma que os votos, promoções de arquivamento e mesmo as atas do colegiado possam ser disponibilizadas aos membros e servidores para conhecimento e consulta, nos moldes da jurisprudência dos Tribunais Superiores.
Intensificar a comunicação do MP com a sociedade	MP no Rádio	O presente projeto busca ampliar o aproveitamento do material jornalístico produzido pela Assessoria de Imprensa do MPRS, por meio da produção e divulgação de boletins de rádio e de noticiários semanais sobre a atuação do Ministério Público direcionados aos públicos interno e externo.
	MP na Web	O presente projeto visa promover uma maior aproximação com o cidadão e a abertura de mais um canal de diálogo, possibilitando que o site do Ministério Público passe a comunicar mais eficazmente as ações e atribuições da Instituição, por meio do aperfeiçoamento e ampliação da presença digital do Ministério Público estadual na web em seus diferentes ambientes. Para tanto, será estabelecida uma sistemática de utilização dos diversos recursos gratuitos fornecidos pelas redes sociais para disseminação do conteúdo produzido pelo Ministério Público e seu Gabinete de Comunicação Social.
Aprimorar o atendimento ao público	Atendimento ao público na sede do MP	O projeto prevê a implementação do atendimento ao público na Sede do MP (Aureliano de Figueiredo Pinto nº 80), a ser executado nos termos propostos pela metodologia definida no projeto de Padronização e Organização Administrativa do Ministério Público adotada nas Promotorias de Justiça.
Apoiar alternativas comunitárias de resolução de conflitos	Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade - SEDH	Implementação e manutenção, em regime experimental de 12 meses, de dois Núcleos de Justiça Juvenil Restaurativa em Porto Alegre, nas comunidades dos bairros Lomba do Pinheiro, Vila Bom Jesus.
	Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade - SRJ	Implementação e manutenção, em regime experimental de 12 meses, de dois Núcleos de Justiça Juvenil Restaurativa em Porto Alegre, nas comunidades dos bairros Vila Cruzeiro e Restinga.
Atuar em redes de cooperação com setores público, privado e terceiro setor	Diálogos sobre direitos humanos	Pretende-se com o projeto, aproximar o Ministério Público dos movimentos sociais, a partir de diálogos francos, abertos e construtivos que contemplem a busca do conhecimento mútuo e a definição de formas de atuação conjunta para a defesa dos direitos humanos. Para tanto, acontecerão mesas de diálogos em seis regiões do Rio Grande do Sul por meio de exposições feitas por convidados sobre a temática e conversação entre membros do MPRS e representantes de entidades da sociedade civil organizada. Por fim, será realizado seminário estadual para ampliação e aprofundamento dos diálogos.
	Comunidade Ativa Contra as Drogas	O projeto objetiva, em parceria com outras instituições (FAMURS, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Tribunal de Justiça e Conselho Estadual de Entorpecentes), ampliar a criação de conselhos e fundos municipais de entorpecentes. Desta forma, com a criação e a ampliação destes conselhos, o projeto se propõe a buscar recursos para a destinação aos fundos criados, bem como mobilizar a comunidade a se envolver diretamente, de forma a ser protagonista na questão da drogadição.

Gestão Institucional

Objetivos	Programas/ Projetos	Descrição
Estimular a garantia da qualidade na educação básica	Implantação das Promotorias Regionais da Educação	O projeto propõe-se a implantar as Promotorias Regionais da Educação no âmbito do MPRS, com vistas a assegurar, de forma prioritária: o direito e o acesso à educação infantil; a universalização da educação para a população de 4 a 17 anos, até 2016 (Emenda Constitucional nº 59, art. 6º); a redução dos níveis de evasão e reprovação escolar, especialmente no ensino fundamental e médio, através da implementação da FICAI em todos os municípios do Estado; e a inclusão escolar dos estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino. Além dos objetivos prioritários, pretende-se, por meio do projeto, suprir inúmeras outras demandas que estão a exigir a atuação dos Promotores de Justiça na garantia da qualidade da educação.
Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social	Proteção Social Articulada	O projeto propõe-se a estimular a implantação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no estado do Rio Grande do Sul, bem como o controle social da política.
Proteger o Sistema Único de Saúde	Fortalecer o Controle Social	Pretende-se, por meio do projeto, fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde, responsáveis pelo controle social da saúde, a partir da regularização de sua composição, buscando um equilíbrio em sua representação, além de qualificar seus integrantes a partir de curso presencial e virtual, sanando dúvidas sobre saúde pública e demais temas pertinentes.
	Medicamentos	O projeto busca auxiliar e agilizar os fluxos da assistência farmacêutica no estado do Rio Grande do Sul, criando redes municipais e no Estado, bem como padronizando procedimentos para uma melhora na dispensação dos medicamentos, diminuindo, por conseguinte, a judicialização.
Zelar pela inclusão social das comunidades negras e indígenas e das pessoas com deficiência	Cultura afro-brasileira e indígena nas escolas municipais	Fiscalizar a aplicação da lei que torna obrigatório o ensino da história da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio (conforme redação atual dos arts. 26 e 26-A da Lei federal nº 9.394/96 – LDB).
Fortalecer a rede de proteção da pessoa idosa	Idosos em ILPI's: Garantia de Direitos em Foco!	Desenvolvimento de ferramenta institucional que possibilite a atuação dos Promotores de Justiça na fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) de forma proativa junto às suas comunidades, mediante desenvolvimento de redes de cooperação com os demais órgãos fiscalizadores, com o poder público e com a sociedade civil organizada, a fim de gerar sustentabilidade e efetividade de atuação, com mecanismos de permanência do processo de fiscalização periódica.
Qualificar o enfrentamento do crime organizado e da criminalidade violenta	SIMBA MPRS	Através do projeto, pretende-se adotar o Sistema de Movimentação Bancária (SIMBA), ferramenta desenvolvida pela Procuradoria-Geral da República que visa auxiliar o processamento de registros e dados de sigilo bancário afastado, mediante ordem judicial, e a reduzir significativamente o tempo de resposta das Instituições Bancárias, além de padronizar um layout que se adeque às exigências de uma análise criteriosa dessas informações sob a ótica de um efetivo combate à "lavagem" de dinheiro.

Objetivos	Programas/ Projetos	Descrição
	Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro	Pretende-se implantar Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-RS) nos termos do modelo do Laboratório do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (LAB-LD), com a previsão de ações de capacitação e treinamento de servidores, transferência de tecnologia e metodologia, bem como a verificação de seu uso e adaptação.
	GAECOs	Pretende-se, por meio do projeto, criar grupos de combate à criminalidade em algumas das regiões administrativas do Ministério Público. Para tanto, inicialmente será feita uma proposta com base em estudo que considerará as experiências sobre o tema em outros Estados para, a partir daí, apresentar a proposta à Administração e buscar a implementação dos grupos para o efetivo funcionamento.
Assegurar o correto cumprimento das penas e das medidas de segurança	Valorização da Execução Criminal	Através do projeto, pretende-se sensibilizar Promotores e Procuradores de Justiça com atuação na área criminal para a importância da execução criminal como área do direito destinada à realização do direito penal, estabelecendo parâmetros de atuação nos seguintes aspectos: abertura de vagas no sistema prisional; fiscalização do MP; indução de políticas públicas na área de educação, trabalho, saúde e reinserção; combate à corrupção, à tortura (e maus tratos) e ao crime organizado; e regularidade dos Processos de Execução Criminal. O projeto prevê a realização de encontros regionais de Execução Criminal, mobilização social em torno do tema através de campanha institucional com o apoio da mídia e capacitação de agentes envolvidos com a temática.
Qualificar o combate à corrupção e à improbidade administrativa	O que você tem a ver com a corrupção?	Pretende-se, a partir deste programa, que é composto pelos projetos Revitalizar e Educação de Valor, tratar o problema da corrupção sob o enfoque preventivo. Para tanto, busca marcar a retomada da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?" a partir de 2010, coincidindo com o início do ano letivo e ano eleitoral, e realizar um projeto-piloto em uma escola da rede pública, objetivando o desenvolvimento de conteúdos pedagógicos com ênfase em: valores, ética, cidadania, identidade, identificação e prevenção da corrupção, bullying, evasão fiscal, pirataria. Além da realização de projetos pedagógicos pontuais, buscar-se-á habilitar os professores a inserirem esses temas no dia-a-dia do ensino das disciplinas curriculares.
	Cobrança de Certidões de Débito: TCE/RS	O projeto objetiva dar maior efetividade às decisões do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE/RS), o qual emite certidões de débito ao decidir processos de prestação de contas dos entes auditados. Desse modo, pretende-se, através do projeto, agilizar e organizar o acesso dos Promotores de Justiça às certidões de cobrança emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado. Para tanto, será verificada a viabilidade de inserir os procedimentos no sistema corporativo do Ministério Público, para que os andamentos possam ser automatizados, bem como, buscar-se-á a interação tecnológica com a base de dados do TCE/RS para que as informações possam ser importadas ao MPRS.

Gestão Institucional

Objetivos	Programas/ Projetos	Descrição
Garantir a proteção dos recursos hídricos	RESSanear	O Projeto tem por finalidade fomentar e auxiliar os 497 Municípios do Estado do Rio Grande do Sul a elaborarem os seus planos de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos até dezembro de 2012. O projeto consiste em apresentar ações efetivas visando à implementação do Projeto Integrado de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico, compreendidos os quatro temas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.
Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor	Não ao Apagão	Busca-se orientar a atuação das Promotorias de Justiça através de Termo de Ajustamento de Conduta, realizando um acompanhamento mais intenso no sentido de aferir a qualidade da energia elétrica, a observância dos ajustes, propiciando a compensação quando houver falha no serviço.
	Consumidor Consciente	O projeto visa à realização de palestras, reuniões e disponibilização de cartilhas voltadas à informação dos consumidores, com enfoque interinstitucional e interdisciplinar.
	Superendividamento	Pretende-se, por meio do projeto, fomentar e orientar a atuação das Promotorias de Justiça na adoção de medidas no sentido de combater as abusividades na concessão de crédito no âmbito coletivo, seja pela celebração de Termos de Ajustamento de Conduta, ajuizamento de ações coletivas de consumo ou pela adoção de outras medidas legais necessárias para prevenir ou reparar o dano.
Zelar pela adequada gestão urbana	Incentivo à Regularização Fundiária	O projeto visa à realização de parcerias e ações conjuntas com os órgãos interessados em promover a sensibilização dos gestores municipais acerca da importância da regularização fundiária para os municípios.
	Adequação dos Planos Diretores	Busca-se, com o projeto, o mapeamento dos municípios que possuem obrigatoriedade na elaboração de Planos Diretores, considerando o art.41, incs. I e II, do Estatuto da Cidade, e posterior avaliação quanto ao conteúdo de tais leis, e identificação com as determinações do Estatuto da Cidade, para que sejam tomadas providências, em caso de desatendimento à Lei nº 10.257/01.
Desenvolver e gerir competências	Regramento da atividade de Facilitadores Internos nos projetos educacionais	O projeto tem como objetivo criar regramento que estabeleça a relação de direitos e deveres de membros e servidores como facilitadores internos nos projetos educacionais gerenciados pelo CEAF. O regramento oportunizará ainda maior envolvimento e motivação por parte dos facilitadores dado o reconhecimento remuneratório consequente da atividade.
	Implementação de Grupos de Estudos no CEAF	A formação de grupos de estudo reveste-se de grande importância pelo seu caráter de pesquisa e compartilhamento de experiências e conhecimentos. Pretende-se, com o projeto, discutir temas relevantes, congregando ideias e consolidar posicionamentos de ação Institucional, promover um ambiente de debate e reflexão acerca dos temas a serem propostos, bem como prospectar possibilidades para o desenvolvimento da atuação ministerial. Além disso, busca levantar aspectos da legislação vigente e de decisões judiciais passíveis de estudo e debates.

Objetivos	Programas/ Projetos	Descrição
Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho	Pesquisa de Clima	O projeto prevê a aplicação de pesquisa com vistas a aferir a satisfação de membros e servidores em relação a diferentes dimensões relacionadas ao trabalho na Instituição, sendo que seus resultados embasarão projetos de melhoria.
Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa	PROPAD – Padronização e Organização Administrativa do Ministério Público	O objetivo do Programa de Padronização e Organização Administrativa do Ministério Público (PROPAD) é implantar a padronização dos fluxos, rotinas, atividades e tarefas no âmbito das Promotorias de Justiça e dos setores administrativos, bem como a padronização da organização da sua estrutura funcional, aqui entendida como um modelo de disposição de órgãos (padrão organizacional) e funções a serem executadas pelos diversos cargos existentes. Também visa à implantação de um modelo de avaliação da conformidade com vistas à certificação das Promotorias de Justiça. Compõem o programa três projetos: Padronização e Organização Administrativa das Promotorias de Justiça; Padronização e Organização Administrativa da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos; e Certificação das Promotorias de Justiça.
Produzir e disponibilizar informações para a tomada de decisões	Tabelas Unificadas do Ministério Público RS	Busca-se, a partir do projeto, a implantação das Tabelas Unificadas do Ministério Público, adequando os sistemas de informação, para atender à Resolução nº 63/2010 do CNMP que cria as Tabelas Unificadas e estabelece que as unidades do Ministério Público da União e dos Estados deverão adequar os seus sistemas internos e concluir a implantação até o dia 31 de dezembro de 2011.
	Sistema de Informações Gerenciais	O projeto prevê a estruturação e disponibilização das informações dos sistemas existentes no MP, por meio da tecnologia BI (business Intelligence) possibilitando maior agilidade no fornecimento de informações úteis à tomada de decisão.
	Requisitos do novo sistema institucional do Ministério Público	O projeto destina-se à obtenção dos requisitos a serem utilizados na definição e elaboração do novo sistema institucional do MPRS. Justifica-se pela crescente demanda pela atuação ministerial que impõe ao Ministério Público a necessidade de dispor de recursos tecnológicos atualizados e que possam responder de forma eficiente às exigências da sociedade.
	Inquérito civil eletrônico	Pretende-se, com o projeto, a definição dos requisitos, modelos e normativa para adequar o Inquérito Civil ao previsto na Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006.
	GeoPR/MP-RS	O projeto tem por finalidade disponibilizar, aos agentes ministeriais, o acesso a banco de dados georreferenciados por meio de serviço da Internet do Ministério Público.
Assegurar os recursos orçamentários necessários e qualificar sua gestão	Apropriação de custos	Pretende implementar metodologia que viabilize a mensuração de todos os itens de despesas em cada área ou em cada projeto considerado estratégico pela Administração, de forma que se estabeleça uma relação custo-benefício que permita avaliar a real eficácia da ação ou do projeto.

Além disso, o Gabinete de Articulação e Gestão Integrada (GAGI) promoveu a capacitação de servidores em Gestão Estratégica e Projetos. A atividade, que resultou em cerca de 80 servidores capacitados, teve o intuito de aproximar os servidores dos elementos teóricos da gestão estratégica e de projetos, como forma de, cada vez mais, envolver toda a Instituição no processo de condução e monitoramento da estratégia.

Por fim, iniciaram-se os estudos técnicos para a informatização da gestão estratégica e de projetos no âmbito do MPRS, envolvendo a pesquisa de softwares no mercado, elaboração de termo de referência, entre outras atividades, com vistas a facilitar o processo de monitoramento e análise dos objetivos, indicadores, metas e projetos da gestão estratégica, além de proporcionar maior rapidez na tomada de decisões e transparência na divulgação dos seus resultados.

GESTÃO COMPARTILHADA

O Conselho de Gestão Compartilhada tem como atribuições opinar sobre questões administrativas e institucionais e elencar as prioridades de cada região para encaminhamento e decisão do Procurador-Geral de Justiça, além de contribuir com a formulação dos projetos estratégicos no âmbito da Gestão Estratégica do Ministério Público.

O Conselho é composto por um membro da Administração Superior, pelos coordenadores das Procuradorias de Justiça Cível e Criminal e por um representante de cada uma das 16 Regiões Administrativas e seus respectivos suplentes, prevendo também a participação em suas reuniões de representante do Órgão Especial do Colégio de Procuradores e do Diretor-Geral do Ministério Público.

Em 2011 foi dada a continuidade nas reuniões do Conselho, onde foi aprovada a modificação do prazo de mandato dos representantes de 01 para 02 anos e estabeleceu-se a periodicidade bimestral para as reuniões. No mês de novembro ocorreu, de forma eletrônica e acompanhada pela Comissão Eleitoral, a eleição para o Conselho.



Aproximação com a Sociedade

APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

Estar presente nas comunidades onde atua e dar publicidade a todas as suas ações é uma diretriz do Ministério Público, que utiliza diversas ferramentas para alcançar esse objetivo. Um projeto que irá aprimorar o atendimento ao público na sede da Instituição, em Porto Alegre, está sendo desenvolvido pela Administração Superior, com investimento em local específico para essa atividade. Em 2011, mais de 90 mil cidadãos foram recebidos nas dependências das Promotorias de Justiça do interior e da capital. Além disso, a partir do Programa de Padronização e Organização das Promotorias de Justiça (PROPAD), vem sendo implantada a padronização dos fluxos de atendimento, bem como pesquisa com o propósito de aferir a satisfação do cidadão com o atendimento prestado no âmbito das Promotorias de Justiça.

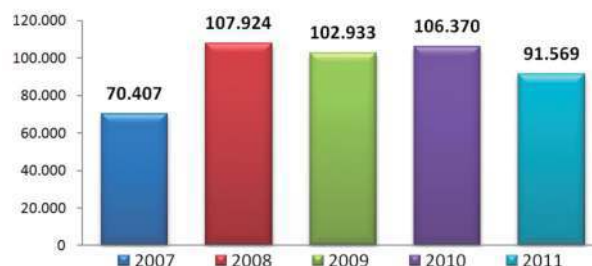
A integração com a comunidade e informação ao público de todas as suas ações e atividades também é prioridade do MPRS. Em 2011, o projeto Conhecendo o Ministério Público levou a Instituição até as escolas, por meio de atividades culturais e artísticas. Ainda no ano que passou, o Ministério Público intensificou sua participação nas redes sociais e promoveu a 13ª edição do Prêmio Jornalismo, um reconhecimento aos profissionais que melhor evidenciaram a atuação forte da Instituição nas áreas da Infância e Juventude, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Consumidor, Ordem Urbanística, Cível e Criminal.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Atendimento ao Público na Sede

Iniciado em 2008 e vinculado ao objetivo estratégico “Aprimorar o Atendimento ao Público”, o projeto busca melhorar o atendimento na sede institucional, onde funcionam Promotorias e Procuradorias de Justiça que prestam serviços diretamente ao público. Em 2011, iniciou-se a obra de instalação da sala de atendimento, com conclusão prevista para fevereiro de 2012.

Além da melhoria das instalações físicas, o projeto prevê a realização de capacitação e qualificação de pessoal e a definição de uma metodologia de atendimento que facilite ainda mais a vida do cidadão.



Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade

Por meio de centrais de práticas restaurativas instaladas em quatro bairros da periferia de Porto Alegre, o projeto Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade, iniciado em 2010, objetiva a responsabilização e a restauração dos laços rompidos pelo ato infracional de pequeno potencial ofensivo cometido por adolescentes. Financiado pelo Governo Federal, o Projeto atende ao objetivo estratégico “Apoiar alternativas comunitárias de resolução de conflitos” e conta com o apoio institucional do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e de outras entidades do Estado e do Município.

Em 2011, cumpriu-se a fase inicial da proposta, com a conclusão do atendimento ao público nas centrais da Lomba do Pinheiro e Bom Jesus, no dia 31 de julho, e nas centrais da Restinga e Cruzeiro em 31 de agosto. Seguindo o que fora planejado, as centrais trabalharam com recursos federais durante todo o período de funcionamento, com exceção do período de 21 de maio a 31 de julho de 2011, quando as centrais da Lomba do Pinheiro e Bom Jesus foram custeadas com recursos exclusivos do MPRS. Além do atendimento junto às centrais, foram realizadas ações de articulação e sensibilização da comunidade, como workshops sobre o tema em instituições diversas, principalmente em escolas.

Em decorrência do fim dos trabalhos dessa etapa, dedicou-se o último trimestre do ano a um processo de avaliação da experiência de justiça restaurativa. Para tanto, organizaram-se encontros de avaliação em cada uma das quatro regiões abrangidas pelo projeto, além de um seminário de discussão com a participação de todos os envolvidos, no qual foram apresentadas as experiências de cada central.



Ainda em 2011, iniciou-se a organização de uma publicação técnica versando sobre aspectos teóricos da Justiça Restaurativa, relatos de experiência e artigos avaliativos produzidos pelas instituições envolvidas na execução do projeto. O lançamento da publicação está previsto para fevereiro de 2012.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Uma das tarefas ministeriais mais importantes é o atendimento ao público, isso porque, de todas as atuações do Ministério Público, é no atendimento ao cidadão que se estabelece o contato direto com a realidade social, com as dificuldades e anseios da população, representando, assim, um dos canais mais adequados na solução de seus problemas.

Em 2011, mantendo a tendência dos últimos anos, quando foram atendidos perto de 100 mil cidadãos, foram recebidas nas dependências das Promotorias de Justiça do interior e da capital mais de 90 mil pessoas.

Além disso, a partir do Programa de Padronização e Organização das Promotorias de Justiça (PROPAD), vem sendo implantada a padronização dos fluxos de atendimento ao público, bem como pesquisa com o propósito de aferir a satisfação do cidadão com o atendimento prestado no âmbito das Promotorias de Justiça.

Considerando dados das 23 Promotorias de Justiça que já implantaram a pesquisa de satisfação, das 1.557 pessoas que responderam voluntariamente ao questionário da pesquisa, 96% avaliaram como bom e ótimo o atendimento do funcionário, 95% aprovaram o atendimento prestado pelos Promotores de Justiça e 90% ficaram satisfeitos com o encaminhamento dado ao caso. Em relação às 947 pessoas que foram notificadas para comparecimento, a pesquisa também se mostrou positiva, indicando 95% de satisfação em relação ao atendimento pelo funcionário, 90% quanto ao atendimento do promotor de Justiça e 89% quanto ao encaminhamento da demanda.

OUVIDORIA

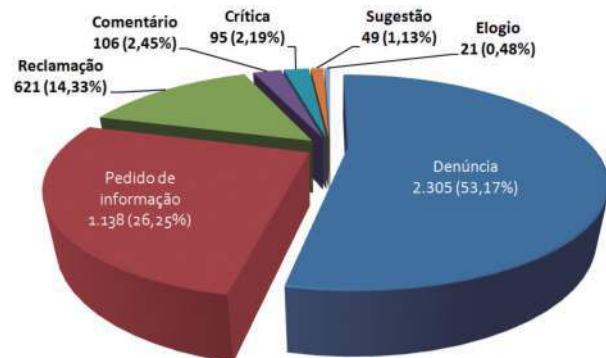
A atividade da Ouvidoria é exercida, de forma precípua, no âmbito interno da instituição, com o atendimento de reclamações, críticas e denúncias concernentes às atividades de membros e servidores. Entretanto, diante de expressa previsão legal, também no âmbito externo se exerce a

atividade, com a promoção da intermediação entre o cidadão e os órgãos públicos para solucionar aqueles problemas em que os direitos da cidadania tenham sido feridos ou menosprezados e por cuja garantia deva zelar o MPRS.

Em 2011, a Ouvidoria do MPRS recebeu 4.335 manifestações, uma média de 370 protocolos mensais ou aproximadamente 19 atendimentos diários. Entre os canais de atendimentos disponibilizados à população, o mais utilizado foi o formulário eletrônico de atendimento, disponibilizado no site do MPRS www.mp.rs.gov.br/ouvidoria/formulario. Estima-se que 70% das manifestações se deram por esse meio, enquanto que os demais protocolos foram formalizados por meio de atendimento pessoal, telefone ou fax.

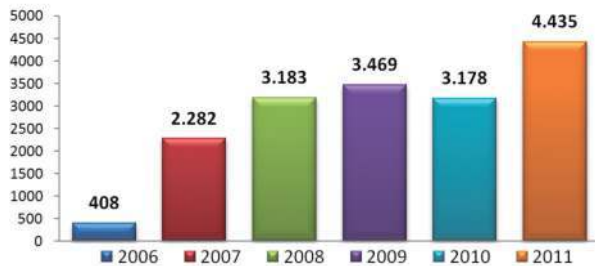
Dos pleitos que aportaram na Ouvidoria, 65% foram encaminhados às Promotorias de Justiça competentes, já que se tratava de interesses que o MPRS possuía legitimidade para tutelar. Nos demais casos, os manifestantes foram orientados a se dirigir aos órgãos responsáveis ou, na presença de elementos suficientes para o encaminhamento a órgão externo, o protocolo foi remetido pela própria Ouvidoria.

Os tipos de manifestações, de acordo com a lei que instituiu a Ouvidoria, são classificados em: denúncia, pedido de informação, reclamação, sugestão, comentário, elogio e crítica. Conforme demonstra o gráfico abaixo, as denúncias, com 2.305 manifestações, são as mais representativas quantitativamente. Cabe esclarecer, no entanto, que tais denúncias se referem às diversas áreas de atuação da instituição, e não ao desempenho de seus integrantes ou ao serviço por eles ofertado à sociedade, índices estes que corresponderam à minoria das manifestações.



Aproximação com a Sociedade

Por fim, examinando a quantidade de atendimentos realizados pela Ouvidoria desde sua inauguração, percebe-se que a demanda pelos serviços ofertados pelo órgão apresenta um crescimento anual considerável, conforme demonstra o gráfico a seguir.



AÇÕES REALIZADAS

Lei de Acesso à Informação

O Ministério Público designou grupo de trabalho para tratar das questões relativas à Lei 12.527/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso do cidadão a informações, também conhecida como Lei de Acesso à Informação e/ou da Transparência. O grupo de trabalho, composto por membros e servidores, vem se reunindo periodicamente para fazer com que o MPRS atenda aos regramentos da lei, com vigência a partir do mês de maio de 2012, inclusive quanto à infraestrutura necessária para o acesso à informação nas áreas administrativa e institucional. Entre as medidas adotadas, podem ser citadas aquelas que buscam ampliar o conteúdo do Portal Transparência no site institucional do MPRS, tais como a inclusão de informações sobre as licitações e contratos que envolvem a Instituição e a criação do Serviço de Informação ao Cidadão, com consequente incremento no atendimento ao público.

Operação Veraneio 2011

O aumento da população no litoral gaúcho durante a temporada de verão resulta sempre num acréscimo significativo de conflitos sociais. Atento a essa situação e com o objetivo de melhor atender turistas, veranistas e moradores do Litoral Norte, o MPRS organizou, nas Promotorias de Justiça de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, mais uma

edição do Programa Veraneio. A décima terceira edição da operação reforçou as equipes titulares das Comarcas envolvidas com doze os Promotores de Justiça designados, além de disponibilizar um quadro de trinta servidores para apoiar os trabalhos. Os membros designados cumpriram atribuições nas áreas criminal, infância e juventude, meio ambiente e direitos humanos, inclusive com atuação perante o Tribunal do Júri e em processos referentes à Lei Maria da Penha.

Quanto aos resultados da operação, foram prestados, nesta edição do Programa, 655 atendimentos ao público, bem como tramitaram, durante o período de janeiro e fevereiro, 4.764 processos judiciais, a grande maioria, 2.993, versando sobre matéria criminal. Também merece ênfase o número de audiências judiciais e extrajudiciais em que os Promotores de Justiça participaram: mais de 3.000 em dois meses de trabalho.

Além do intenso atendimento ao público, destacaram-se as seguintes iniciativas:

- Confecção de 2.000 fôlderes contendo informações sobre o Programa e as funções institucionais do Ministério Público e os endereços das Promotorias de Justiça do Litoral Norte;
- Assinatura de Termos de Cooperação com entidades estaduais para combater qualquer forma de distribuição de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes e desenvolver ações conjuntas para a prevenção de acidentes de trânsito no litoral;
- Operações da Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos, em parceria com outras instituições, para repressão de casas de bingo com “caça-níqueis” e “jogo do bicho”;
- Com apoio da Polícia Civil e da Prefeitura de Torres, deflagraram-se operações para coibir o comércio irregular de alimentos naquele município. Foram encontrados produtos vencidos e mal acondicionados em uma padaria e em dois supermercados, além de



carne armazenada de forma irregular e imprópria para consumo em um abatedouro clandestino;

- Fiscalização do cumprimento do alvará judicial que disciplinou a entrada de adolescentes no evento Planeta Atlântida e do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Grupo RBS, contando com o apoio do Núcleo de Inteligência do Ministério Público (NIMP) e de outras instituições gaúchas.

Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar, mais uma vez, que a edição 2011 do Programa Veraneio cumpriu plenamente os objetivos propostos, buscando diálogo e aproximação com a sociedade e conferindo uma maior visibilidade e credibilidade à Instituição.

Conhecendo o Ministério Público

O MPRS, por intermédio do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, desenvolveu o projeto “Conhecendo o Ministério Público”. O objetivo da iniciativa é integrar o Ministério Público com a comunidade, mais especificamente com as escolas, organizando momentos de divulgação das áreas de atuação institucional, interagindo com temas de interesse da comunidade escolar e fortalecendo o exercício da cidadania, por meio da elaboração de atividades artístico-culturais que demonstrem o que os jovens esperam do Ministério Público.

A primeira etapa da iniciativa ocorreu em agosto de 2011, na sede da Instituição, com a apresentação de vídeo institucional e entrega de material didático acerca da atuação do MPRS nas escolas. Em outubro do mesmo ano, foram realizadas premiações de trabalhos realizados por alunos das redes pública e privada.

Comunicação Direta com a Sociedade

O MPRS tem avançado na utilização da Internet como espaço para dar publicidade às suas ações. Seguindo um conceito de comunicação pública e buscando democratizar suas informações, em 2011 a Instituição deu continuidade à publicação de matérias em seu site, criou um novo canal de comunicação, a Rádio MP, e intensificou sua participação em redes

sociais.

Site Institucional

O site do MPRS tem se mantido como uma das principais ferramentas de aproximação da instituição com a sociedade. No ano que passou, foram postadas mais de 800 matérias de interesse da população, e os acessos ao site continuam crescendo de forma considerável. A título de exemplo, enquanto 1.317.141 visitas foram feitas em 2010, em 2011 foram 1.723.399, isto é, houve um aumento de mais de 30% em relação ao ano anterior.

Rádio MP

Desde 2005, o MPRS disponibiliza no site boletins de áudio com notícias e entrevistas produzidas pela Assessoria de Imprensa. Em julho de 2011, com o objetivo de ampliar os canais de comunicação e disponibilizar as informações também em outros formatos, foi criada a Rádio MP. O programa reúne em áudio notícias que foram destaque durante a semana. Até o final do ano, foram mais de 20 programas produzidos, além de 45 boletins enviados para 241 rádios do interior do Estado.

Redes Sociais

O avanço tecnológico instituiu uma nova mediação comunicativa: a das redes sociais. Produto direto do avanço da Internet e da popularização da banda larga em lares brasileiros e telefones celulares, as plataformas para redes sociais impõem um novo modelo de comunicação: horizontal, em tempo real, interativo, digital, de múltiplos fluxos. Um modelo em que o receptor, livre de intermediários tradicionais, tem papel ativo no retorno, propagação e crítica da mensagem recebida.

Em 2011, o MPRS ampliou sua presença nas redes sociais criando seu perfil no Facebook, Flickr, Issu e Youtube. A opção por aderir ao Facebook está associada ao alcance da rede junto ao público mais jovem, além da facilidade de acesso a notícias e campanhas até mesmo por dispositivos móveis, como celulares e tablets. A rede, com 1.230 usuários ativos, também tem se mostrado eficiente no aumento de acessos à home page do MPRS. Já no caso do Flickr, a adesão está relacionada à hospedagem de imagens em alta definição da instituição e seus membros para

Aproximação com a Sociedade

uso, principalmente, dos veículos de comunicação.

No Twitter, outra importante rede social, a participação do MPRS foi igualmente intensificada. Somente nos últimos seis meses de 2011, foram mais de duzentas pessoas que se tornaram seguidoras do perfil institucional a cada mês, um crescimento mensal médio de 10%. Em dezembro, chegou-se ao número de 2.704 seguidores, composto por operadores do direito, jornalistas, policiais e estudantes de áreas afins. Como instrumento de mediação comunicativa, o perfil reveste-se de importância na divulgação de pautas da instituição para jornalistas e cidadãos interessados.

Prêmio Jornalismo do MPRS

O Prêmio Jornalismo do Ministério Público do Rio Grande do Sul é uma realidade e está consolidado no meio jornalístico gaúcho. Em 2011, chegou à 13ª edição mantendo seu conceito e tradição no Estado. Como acontece todos os anos, foi lançado no mês de junho, na Semana de Aniversário da Instituição e a premiação foi entregue em 14 de dezembro, Dia Nacional do Ministério Público.

Foram inscritos 48 trabalhos de jornalistas que evidenciaram a atuação forte da instituição nas áreas da Infância e Juventude, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Consumidor, Ordem Urbanística, Cível e Criminal. Eles disputaram os prêmios nas categorias Imprensa, Rádio, TV, Foto e Mídia Web, esta última criada em um momento de valorização da divulgação de notícias na Internet. A comissão julgadora do concurso reconheceu a qualidade das matérias jornalísticas concorrentes e definiu as ganhadoras destacando as que melhor esclareceram à sociedade sobre as competências e atribuições constitucionais do Ministério Público.

Os vencedores receberam os prêmios oferecidos pela Associação do Ministério Público, Escola Superior do Ministério Público e Hotel Continental Canela. O prêmio promovido pela instituição teve apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS e da Associação Riograndense de Imprensa (ARI). Os trabalhos premiados foram catalogados e arquivados no Memorial do MPRS.

VENCEDORES – Categorias:

Imprensa

Vencedor - Clóvis Victória Junior, com a série “Esperança para o Sinos”, “O conflito da água” e “Um rio de lama”, veiculada no Jornal Extra Classe.

2º lugar - Adriana Irion, com as reportagens publicadas no Jornal Zero Hora sobre a “Operação Mercari”.

Rádio

Vencedores - Cid Martins e Andressa Xavier, com as reportagens veiculadas na Rádio Gaúcha sobre a “Fraude em pedágio comunitário gaúcho”.

2º lugar - José Renato Andrade Ribeiro, com a reportagem “MP investiga denúncias de irregularidade em horas extras da Prefeitura de Santa Cruz do Sul”, veiculada na Rádio Gazeta.

Televisão

Vencedor – Ticiano Kessler, com a reportagem “Projeto pioneiro reeduca agressores em Bento Gonçalves”, exibida na TV Record.

2º lugar – Priscilla Casagrande, com a reportagem “Álcool x Adolescentes”, exibida na rede Record.

Fotografia

Vencedor – Ricardo Duarte, com a foto “Atropelamento coletivo”, publicada no jornal Zero Hora.

2º lugar - Cristiano Estrela, com a foto “Rede livre na padaria”, publicada no jornal Correio do Povo.

Mídia web

Vencedores - Cid Martins e Andressa Xavier, do site da Rádio Gaúcha, com a série de reportagens sobre “Bingos clandestinos”.

Doações Patrimoniais

A política de cooperação do MPRS com outras instituições públicas do Estado, por meio de doação de bens substituídos em atualização patrimonial, prosseguiu em 2011, a partir da oferta de 6.332 equipamentos e objetos, num acréscimo de mais de 280% em relação a 2010.

Microcomputadores, notebooks, condicionadores de ar, mobiliários e bebedouros, entre outros



bens, reforçaram os recursos materiais de servidores que atuam em órgãos da administração pública e entidades filantrópicas, melhorando a qualidade dos serviços prestados e o conforto oferecido no atendimento à população gaúcha.

Além da Brigada Militar, principal favorecida das doações realizadas, beneficiaram-se dos bens delegacias de polícia, escolas estaduais, prefeituras municipais, APAEs, Secretariado de Ação Social da Arquidiocese de Porto Alegre, entidades do sistema penitenciário gaúcho, entre outras.

Equipamentos e Objetos Doados	
Microcomputadores e notebooks	689
Outros equipamentos de informática (monitores, teclados, impressoras, etc.)	1.646
Condicionadores de ar	128
Peças de mobiliário (mesas, cadeiras, armários, etc.)	2.843
Equipamentos de escritório	142
Equipamentos de telefonia (aparelhos telefônicos, fac-símiles, etc.)	618
Equipamentos de som e imagem (máquinas fotográficas, filmadoras, microfones, etc.)	77
Outros bens doados (refrigeradores, bebedouros, ventiladores, etc.)	189
Total	6.332

34ª Expointer

Este ano o MPRS esteve presente pela segunda vez com espaço próprio no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio. Durante a 34ª Expointer, Promotores e Procuradores de Justiça participaram das atividades, divulgando projetos da instituição, como Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal, Corredores Ecológicos do Vale do Taquari e o projeto Alquimia. A Campanha Nacional do Ministério Público de Combate à Corrupção também foi amplamente divulgada durante a Expointer. O Movimento Tradicionalista Gaúcho, em adesão à campanha, assinou um Termo de Compromisso com o MPRS, no estande da Instituição, e a Administração Superior abordou o tema em diversas entrevistas realizadas nos estúdios dos veículos de comunicação instalados no Parque.

MPRS Entrega Ordem do Mérito 2011

Com o objetivo de homenagear personalidades e instituições nacionais e estrangeiras por seus méritos e relevantes serviços prestados à cultura jurídica e ao MPRS, aconteceu em novembro mais uma edição de entrega das condecorações da Ordem do Mérito Ministério Público do Rio Grande do Sul. A solenidade, presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, ocorreu no auditório da sede institucional e agraciou membros, servidores e personalidades gaúchas com distinções nos graus “Grã-Cruz”, “Comendador” e “Oficial”.

AGRACIADOS

Grau Grã-Cruz	Grau Comendador	Grau Oficial
Cezar Miola – Presidente do Tribunal de Contas do Estado	César Bechara Nader Mattar Júnior – Presidente da CONAMP	Abigail Cristina Miranda da Costa – Servidora do MPRS
Jorge Gerdau Johannpeter – Empresário, Presidente do Conselho Superior do PGQP	Cezar Antônio Rigoni – Procurador de Justiça	Jorge Soares da Rosa - Servidor do MPRS
Paulo Gilberto Fernandes Tigre – Empresário, Ex-Presidente do Sistema FIERGS	Cezar Borsa – Assessor Cultural do Consulado Geral dos EUA em São Paulo	José Delfino Griz da Silva - Servidor do MPRS
Paulo Ricardo Tonet Camargo – Vice-Presidente Institucional e Jurídico do Grupo RBS	Ildo Gasparetto – Delegado da Polícia Federal	Paulo Ricardo Machado de Bastos – Adido da Brigada Militar
Vasco Della Giustina – Desembargador convocado do TJRS no Superior Tribunal de Justiça	Jacqueline Fagundes Rosenfeld – Procuradora de Justiça	Themis Martinewski - Servidora do MPRS

ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Ministério Público está organizado em sete grandes áreas de atuação. Neste contexto, destacam-se algumas realizações e projetos.



Cível e Patrimônio Público

CÍVEL E PATRIMÔNIO PÚBLICO

O combate à corrupção e à improbidade foi prioridade do Ministério Público em 2011. Nesse sentido, a instituição desenvolveu atividades e parcerias com o objetivo de atuar na prevenção e na fiscalização, além de comandar operações que resultaram em ações civis e penais contra empresas e órgãos públicos pela má utilização de recursos. Com o Tribunal de Contas reestabeleceu acordo operacional para a remessa das certidões de débito não cobradas em todos os municípios do RS. No combate à improbidade administrativa, destaca-se em 2011 a Força-Tarefa que resultou em medidas para regularizar o funcionamento do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens e as operações “Papai Noel” - que investigou irregularidades na organização do Natal Luz de Gramado - e “Cartola”, que apurou fraude em licitações de oito prefeituras gaúchas.

PROJETO ESTRATÉGICO

O que Você tem a Ver com a Corrupção?

Vinculado ao objetivo estratégico **“Qualificar o combate à corrupção e à improbidade administrativa”**, o MPRS vem desenvolvendo o programa **“O que Você tem a ver com a Corrupção?”**, que visa a atacar dois pontos fundamentais relacionados ao tema: reduzir a impunidade nacional mediante abertura de um canal real para oferecimento e encaminhamento de denúncias (Projeto Revitalizar), educar e estimular as novas gerações para a construção de um Brasil mais justo e sério, destacando-se o papel fundamental de nossas próprias condutas diárias (Projeto Educação de Valor).

No ano de 2011, foi revigorada a campanha lançada em todo o país em março de 2008, iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) que tem o objetivo de conscientizar a sociedade, em especial crianças e adolescentes, a partir do incentivo à honestidade e à transparência das atitudes rotineiras que contribuem para a formação do caráter.

O MPRS contribuiu para o acervo do “museu itinerante” da campanha, sendo confeccionados cinco

mil folders, cinco mil cartilhas, trezentas camisetas, sete displays em MDF no formato do Zé Moral (personagem símbolo da campanha), entre outros.

Por iniciativa do Ministério Público, os clubes de futebol gaúcho Grêmio e Internacional engajaram-se no programa, tendo assinado Termos de Adesão para difundir o material de divulgação (gibis, cartilhas e ferramentas digitais) junto às categorias de base dos clubes, a começar pelas escolinhas. Também o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), por intermédio de seu presidente, assinou um Termo de Compromisso para que tradicionalistas se engajem na campanha, através de divulgação de mensagens de combate à corrupção nas edições de rodeios ligados ao MTG.

Ainda dentro do escopo do programa e visando propor um debate a partir de diferentes olhares sobre a corrupção no Brasil, o MPRS, juntamente com o CNPJ, promoveu o 1º Congresso Nacional da Campanha **“O que você tem a ver com a corrupção?”**. Entre os temas abordados no evento, destaca-se a palestra proferida pelo governador do Estado, Tarso Genro, que abordou o tema **“Corrupção: Estado e Sociedade: partilhando responsabilidades, construindo caminhos”**, além das abordagens **“Controle Público da Corrupção”**, **“Corrupção: O que a Política tem a ver com isso?”**, **“O Controle da Probidade na Gestão Pública”**, **“Corrupção e Mídia”**, **“Corrupção: O que o Esporte tem a ver com isso?”** e **“Relação entre educação e corrupção”**. Além das conferências, o evento contou com um ensaio fotográfico com personalidades da área cultural e esportiva que aderiram ao conceito da campanha. A exposição foi inaugurada na abertura do Congresso e divulgada nos principais veículos de comunicação do Estado.



Banner do Congresso



AÇÕES REALIZADAS

Cobrança de Débitos Impostos pelo TCE/RS

Em 2011, dando continuidade à ação desenvolvida entre o MPRS e o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS) com o propósito de dar efetividade à cobrança de débitos impostos pelo TCE/RS, foi concretizada a remessa ao MPRS de todas as certidões de débitos não cobradas em todos os municípios do RS. As referidas certidões estão sendo trabalhadas pelos Promotores de Justiça de acordo com estratégia padronizada de ação sugerida pelo Centro de Apoio Operacional Cível e Patrimônio Público do MPRS.

A iniciativa envolveu 138 Comarcas e um volume financeiro de R\$ 7.819.615,13, oriundos das certidões acompanhadas. Resultou em 55 Ações de Cobrança ajuizadas pelo MPRS e órgãos municipais com montante financeiro de R\$ 1.966.998,60.

Ministério Público na Força-Tarefa do DAER

O MPRS integrou a Força-Tarefa, formada em abril de 2011, para investigar as irregularidades no Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER). Tratou-se de um trabalho conjunto que demonstrou a importância da união entre instituições no combate à improbidade administrativa. Composta por representantes do Ministério Público, Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Controladoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEINFRA), Casa Civil, Ministério Público de Contas, Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS) e Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos (AGERGS), a força-tarefa resultou em uma série de medidas para regularizar o funcionamento da estrutura do DAER.

No tocante à atuação do MPRS, o trabalho resultou em dezenas de investigações e ações ajuizadas ao longo do período, que acarretaram o oferecimento à Justiça de denúncia contra 26 pessoas por crimes de peculato e formação de quadrilha e o ajuizamento de Ação de Improbidade Administrativa contra 25 envolvidos no esquema de desvio de dinheiro do pedágio de Portão. Ao todo, a fraude lesou os cofres públicos em R\$ 400 mil no período entre outubro de 2010 e maio de 2011.

Promotorias Regionais de Defesa do Patrimônio Público

Visando a maior qualificação do trabalho que envolve a matéria de improbidade administrativa e situações conexas, deu-se continuidade ao Projeto Piloto da Promotoria Regional de Defesa do Patrimônio Público, com o envolvimento de 15 Comarcas da Região Serrana.

Em 2011, nos moldes da Região Serrana, a regionalização foi implementada nas regiões **Metropolitana** - que abrange as cidades de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Barra do Ribeiro, Butiá, Eldorado do Sul, Estância Velha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Portão, São Jerônimo, Tapes e Viamão - e **Sul**, englobando as cidades de Arroio Grande, Camaquã, Canguçu, Herval, Jaguarão, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte e São Lourenço do Sul.

Para o primeiro semestre de 2012, há a previsão de implementação da regionalização na Região **Planalto**, que compreende as cidades de Carazinho, Casca, Erechim, Espumoso, Getúlio Vargas, Gaurama, Marau, Marcelino Ramos, Não-Me-Toque, Passo Fundo, São Valentim, Soledade, Tapejara e Tapera.

Rede de Controle da Gestão Pública

Em dezembro de 2011, o coordenador do Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público assumiu a presidência da Rede de Controle da Gestão Pública - RS, que desenvolve ações voltadas à fiscalização da gestão pública, ao diagnóstico e combate à corrupção, ao incentivo e fortalecimento do controle social, ao tráfego de informações e documentos, ao intercâmbio de experiências e à capacitação dos seus quadros.

Em 2011, entre as ações desenvolvidas pelos subgrupos criados para tratar de temas específicos na Rede, estão as propostas de alterações da Lei de Licitações e a solicitação de informações técnicas à Prefeitura de Porto Alegre sobre as obras para a Copa do Mundo.

Representações Eleitorais contra Doações de Campanha Acima dos Limites Legais

Seguindo o entendimento dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que as ações contra doadores acima do limite devem ser analisadas no domicílio eleitoral de cada doador, o Ministério

Público, por intermédio de seus promotores eleitorais, protocolou, em junho de 2011, 237 representações contra pessoas físicas e jurídicas que efetuaram doações em desacordo com a lei, nas campanhas eleitorais de 2010.

As ações propostas pelo MPRS são resultado do levantamento realizado pelo TSE e a Receita Federal, que apontou a relação de possíveis doadores irregulares durante as Eleições 2010. Os dados foram obtidos a partir de cruzamento entre as prestações de contas dos candidatos e comitês financeiros e a base de dados da Receita Federal relativa a 2009.

Os limites de doação estão previstos na Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), que define o teto de 10% dos rendimentos brutos do ano anterior à eleição no caso de pessoa física, e de 2% do faturamento bruto do ano anterior à eleição para pessoa jurídica.

Encontro de Capacitação Eleitoral

O Ministério Público, através do Gabinete de Assessoramento Eleitoral e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, organizou em outubro de 2011 o Encontro de Capacitação Eleitoral. Participaram do Encontro, Promotores de Justiça da Capital e do Interior que estarão envolvidos com o pleito municipal que ocorre em 2012.

Os temas abordados no encontro foram: Filiação partidária, domicílio eleitoral (revisão do eleitorado, transferência de domicílio e fraude), pesquisas eleitorais, condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, propaganda eleitoral extemporânea e prestação de contas anual de partido político.

Pacto Republicano pela Promoção dos Direitos Humanos Fundamentais e Enfrentamento à Corrupção

Em dezembro de 2011, o MPRS participou da assinatura do Pacto Republicano pela Promoção dos Direitos Humanos Fundamentais e Enfrentamento à Corrupção.

O Pacto Republicano tem como objetivos resgatar a ética pública e incrementar a transparência e o controle social, com vistas à concretização dos direitos fundamentais inscritos na norma constitucional. Também busca atuar, de forma

sistêmica, articulada e coordenada, com a finalidade de construir uma política de Estado de prevenção e repressão em todas as suas dimensões, possibilitando o acesso universal à Justiça, em especial aos mais necessitados.

Participam da iniciativa os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público Estadual, Procuradoria-Geral do Estado, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público de Contas e Ordem dos Advogados do Brasil.

ATUAÇÕES DE DESTAQUE

Irregularidades no Natal Luz de Gramado

A partir de denúncias sobre irregularidades no Natal Luz de Gramado, uma extensa e detalhada investigação do MPRS revelou o funcionamento de uma organização criminoso responsável por pagamentos ilegais que chegaram a R\$ 7,8 milhões, referentes a contas do festival entre os anos de 2007 e 2010. Além disso, identificou a aplicação de verbas no evento de forma irregular, nos valores de R\$ 500 mil, por parte do ex e do atual prefeito de Gramado.

O trabalho do MPRS levou à denúncia de 34 pessoas por crimes de formação de quadrilha e peculato e ao ingresso de Ação de Improbidade na Defesa do Patrimônio Público pedindo ressarcimento de valores e a cobrança de multa civil.

Trabalho Integrado contra a Improbidade

No ano de 2011, o MPRS realizou um trabalho integrado com outros órgãos e instituições para o combate à improbidade administrativa em Porto Alegre e Região Metropolitana (Delta do Jacuí). Em Porto Alegre, com o auxílio da Polícia Federal, Ministério Público de Contas e TCE/RS, 25 pessoas foram denunciadas, em decorrência da “Operação Mercari”, por desvio de recursos do Bannisul. Na “Operação Cartola”, deflagrada em julho de 2011, o trabalho conjunto do MPRS, Polícia Civil, Ministério Público de Contas e TCE/RS constatou o envolvimento de empresários e servidores públicos em esquema de fraude em licitações, inclusive com o pagamento de propina em oito prefeituras.

Outra fraude apurada pelo MPRS em Porto Alegre diz respeito a um concurso para Oficial de Justiça. Dezesesseis pessoas foram denunciadas pelo



crime de estelionato na forma tentada, sendo que 14 delas haviam respondido às 78 questões da prova antes do dia marcado para a sua realização, estabelecendo um gabarito preliminar. A investigação teve apoio da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público.

Atuação Preventiva no Combate à Improbidade

A atuação preventiva no combate à improbidade é uma das marcas do trabalho que está sendo realizado na Promotoria de Justiça de **Santo Ângelo**. Valendo-se da expedição de recomendação, a ação visa prevenir o dolo nas ações dos administradores públicos, uma vez que existem problemas de má gestão, que, contudo, nem sempre caracterizam corrupção.

Iniciativa que Abrevia Processos de Improbidade no Município de Santa Rosa

Com o objetivo de abreviar os processos judiciais e evitar a morosidade da Justiça, a Promotoria de Justiça de **Santa Rosa** vem trabalhando

no sentido de valorizar a confissão dos réus para aprimorar o combate à corrupção na Comarca. O trabalho preventivo à corrupção vem sendo realizado por sugestão da Promotoria de Justiça ao magistrado de que a confissão seja considerada um fator de abrandamento das sanções a serem impostas. Essa temática tem se revelado um instrumento de redução do tempo de trânsito processual, pois evita recursos de ambas as partes. A iniciativa já obteve sucesso em duas oportunidades, uma delas envolvendo a secretária de Cultura e Turismo da cidade e outra referente a uma funcionária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICARS) a confissão das rés implicou a redução do tempo de tramitação do processo. A ação conta com a colaboração dos veículos de comunicação da região no que diz respeito à divulgação de irregularidades.



Criminal



CRIMINAL

A atuação do Ministério Público no combate à criminalidade recebeu o reforço de uma série de projetos e ações desenvolvidas ao longo de 2011. Buscando compatibilizar as atividades dos órgãos com essa atribuição e otimizar os recursos disponíveis, foi criado o Sistema Integrado de Investigação Criminal (SISCRIM), que tem por finalidade sistematizar a atividade investigatória desenvolvida pelos membros do MPRS, além de adotar critérios que contemplem a seletividade da investigação. O acesso ao Sistema de Movimentação Bancária (SIMBA), resultado de convênio com o MPF, também foi um reforço às investigações criminais da Instituição.

Na área de Execução Criminal, o Ministério Público promoveu encontros com o objetivo de propor uma reflexão sobre a importância da execução da pena, enfatizando o papel do MPRS para a melhoria do sistema prisional. A Instituição integrou o Mutirão Carcerário e incentivou medidas e projetos desenvolvidos nas Promotorias, visando melhorar a situação do sistema prisional gaúcho.

Entre as parcerias institucionais realizadas, destacam-se os Termos de Cooperação firmados com o Governo do Estado para o combate às organizações criminosas e o acesso ao banco de dados do Sistema de Consultas Integradas; com o Departamento Estadual de Trânsito, para a execução de atividades e ações preventivas para notificações e entrega de Carteiras Nacionais de Habilitação (CNHs) e com outros diversos órgãos para o desenvolvimento de projetos e ações que visem à segurança no trânsito.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Sistema de Movimentação Bancária – SIMBA

Em 2011, foi assinado um aditivo ao Termo de Cooperação entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul e o Ministério Público Federal, objetivando a agilização de procedimentos investigativos a partir da transferência de tecnologia para o recebimento e processamento de informações advindas do Sistema de Movimentação Bancária (SIMBA), que compreende um sistema de informática e de suporte técnico capaz de auxiliar na análise de quebra de Sigilo Bancário com a utilização de relatórios parametrizados.

O Sistema de Movimentação Bancária (SIMBA) já era utilizado pelo Ministério Público Federal e está, desde julho de 2011, a serviço do Ministério Público Estadual, facilitando as investigações criminais, na medida em que reduz o tempo de transmissão de informações bancárias, além de torná-la mais segura.

Núcleo de Apoio ao Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

O projeto iniciou em 2008, fruto de um convênio entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul e a União, por intermédio do Ministério da Justiça - Secretaria de Reforma do Judiciário, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), para efetivação da Lei Maria da Penha.

O cadastramento dos casos de violência doméstica continua sendo realizado em todo o Estado desde 29 de abril de 2009. Desde então, 147 comarcas utilizaram a ferramenta, com mais de 51 mil procedimentos cadastrados.

AÇÕES REALIZADAS

COMBATE À CRIMINALIDADE

Combate aos Jogos Ilícitos

Em 2011, pela atuação da Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos, realizada pelo MPRS em conjunto com a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, foram fechados 109 bingos tradicionais de cartela e 09 bancas de jogo do bicho, bem como desativados 35 pontos de aposta no jogo do bicho e 19 depósitos/fábricas de máquinas “caça-níqueis”. Cabe ressaltar que foram analisados por essa força-tarefa feitos judiciais relacionados com a matéria de contravenção penal de jogos de azar (processos e termos circunstanciados) de nove Juizados Especiais Criminais da Comarca de Porto Alegre (Foros Central e Regionais).

No que tange ao projeto Alquimia, que visa assegurar uma destinação ambiental adequada às máquinas caça-níqueis apreendidas nas operações da Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos proporcionando a participação de jovens em situação de risco social no processo de aproveitamento e

transformação dos materiais apreendidos, este permanece em execução e acompanhamento. Em 2011, foram inauguradas quatro novas Entidades Cooperadas, por meio de assinatura de Termos de Cooperação.

Resultados:

Máquinas Caça-Níqueis Recolhi- das			Valores Apreendidos (R\$)		
ANO			ANO		
2009	2010	2011	2009	2010	2011
2.004	6.599	12.396*	90.000,00	450.000,00	588.340,40*

*Atuação conjunta da Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos, realizada pelo MPRS e Polícia Civil do RS.

Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária

O Ministério Público, por intermédio da Promotoria Especializada no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, denunciou, de janeiro a dezembro de 2011, 245 pessoas por prejuízos ao erário estadual, num montante de R\$ 191.304.648,43.

Outrossim, objetivando o ressarcimento dos danos, foram sequestrados diversos bens, totalizando 55 bens imóveis, 11 veículos e 157 bens diversos (92 matrizes industriais e outros). Em um caso, na Comarca de Uruguaiana, onde ocorreu uma sonegação de mais de R\$ 8 milhões, foram sequestrados bens imóveis e, entre estes, uma fazenda de 2.053 hectares na Fronteira Oeste.

Numa atuação voltada à busca ao ressarcimento dos danos, destaca-se que a ação investigatória do MPRS fez com que diversas empresas promovessem o pagamento integral ou o parcelamento dos débitos fiscais, o que acarretará num recolhimento de, aproximadamente, R\$ 235 milhões aos cofres públicos.

Ressalte-se também que a Operação Camaleão, realizada em 2009 conjuntamente com a Receita Estadual e vinculada à apuração de corrupção e sonegação fiscal em diversas empresas, resultou na identificação de uma sonegação de ICMS num montante superior a R\$ 13 milhões e 400 mil reais, com a lavratura de 13 autos de lançamento pelo Fisco gaúcho (elaborados no decorrer deste ano e remetidos, no mês de agosto de 2011, à Promotoria

Especializada). O trabalho resultou na condenação de um agente fiscal por corrupção passiva e advocacia administrativa, assim como na condenação de outros cinco empresários.

Por fim, destaca-se que tramitam na Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária 286 Procedimentos Investigatórios Criminais, em análise.

Combate à Violência Doméstica

A Promotoria de Justiça de **Bento Gonçalves** articula e acompanha providências desde a criação e funcionamento de um grupo reflexivo de gênero criado para reeducação de homens autores de agressões, no âmbito da Lei Maria da Penha.

A ideia surgiu a partir da constatação de que, muitas vezes, medidas, mesmo alternativas, quando aplicadas, não têm o condão de terminar com a agressão, podendo haver reincidência.

O grupo, cujo atendimento piloto ocorreu no primeiro semestre de 2011, se propôs a conhecer as características socioculturais dos agressores e a reeducá-los por meio de reuniões e palestras, inclusive de natureza psicológica, tudo com o objetivo de transformar uma realidade de reiteradas agressões no âmbito familiar, o que poderá redundar, além da pacificação e harmonia, na redução de processos judiciais.

O funcionamento do grupo ocorre sob a responsabilidade do Centro de Referência de Mulher em Situação de Violência (Revivi), do Centro de Assistência Psicossocial (CAPS) e do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), do Município de Bento Gonçalves, com ampla articulação em rede, envolvendo, entre outros órgãos e entidades, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Polícia Civil e o Poder Judiciário.

Os réus são encaminhados pelo Poder Judiciário, nos respectivos processos criminais, quando a Justiça e o Ministério Público entendem aplicável a frequência ao grupo como condição judicial de suspensão condicional do processo, entre outras condições legais.

A avaliação do primeiro grupo revelou que, dos nove agressores que participaram dos encontros ocorridos no primeiro semestre de 2011, nenhum reincidiu.



Sistema Integrado de Investigação Criminal - SISCRIM

O SISCRIM foi criado em 2011, a partir de iniciativa do Centro de Apoio Criminal, com a finalidade de sistematizar a atividade investigatória desenvolvida pelos membros do Ministério Público, buscando compatibilizar as atividades dos diversos órgãos com atribuição investigatória e otimizar os recursos disponíveis, além de adotar critérios que contemplem a seletividade da investigação.

O SISCRIM abarcou o Núcleo Integrado de Investigações Criminais (NIIC/MP), efetuando um reordenamento administrativo e operacional que prioriza as operações relacionadas ao combate à corrupção.

A partir do mês de abril de 2011, foram realizadas nove operações com a interceptação de sinais telefônicos, sendo monitorados 106 alvos e interceptadas 78.179 chamadas. Dessas operações, cinco encontram-se na fase final, três em fase preliminar e uma foi encaminhada para o Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico - Polícia Civil (DENARC/PC).

Além disso, destacam-se a realização de levantamentos locais, monitoramentos e vigilâncias, busca e coleta de informações, cumprimentos de mandados judiciais de busca e apreensão, de prisão, além de apoio a operações, inclusive de outros Estados da Federação.

Também foram iniciadas outras quatro operações, com 12 investigados, sem a implementação, por este SISCRIM, de interceptações telefônicas. Portanto, apenas no período de abril a dezembro de 2011, desenvolveram-se 13 operações, com 128 alvos, além de diligências de apoio e cumprimento a 30 mandados judiciais de busca.

Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - ENASP (Meta 2)

Resultado da parceria entre os Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça, a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) visa, entre outras ações, agilizar e dar maior efetividade às investigações, denúncias e julgamentos dos crimes tipificados no art. 121 do Código Penal.

Em 2011, sob a coordenação do Ministério Público, foram realizadas duas reuniões, com a presença de Promotores de Justiça e Delegados de Polícia, relativas à Meta 2, que objetiva a conclusão de inquéritos e procedimentos que investigam homicídios dolosos, consumados ou tentados, instaurados até 31 de dezembro de 2007 e ainda sem a relatoria da autoridade policial.

Em levantamento junto às Promotorias de Justiça, apurou-se um total de 5.260 inquéritos policiais não concluídos. No ano de 2011, foram lançados os seguintes dados no Inqueritômetro (ferramenta que permite o acompanhamento da conclusão dos inquéritos policiais): 112 denúncias, 611 arquivamentos e 01 desclassificação. Ou seja, houve a conclusão de 13,8% desses inquéritos.

EXECUÇÃO CRIMINAL

Encontro "Estratégias de Atuação na Execução Criminal"

No mês de agosto, foi realizado o encontro "Estratégias de Atuação na Execução Criminal", com vistas a abrir um espaço de reflexão institucional para todos os que atuam na área criminal sobre a importância da execução da pena, enfatizando o papel do Ministério Público para a melhoria do sistema prisional.

Na ocasião, foram apresentados dados referentes à população carcerária brasileira, a partir do InfoPen, (sistema alimentado por informações das secretarias de Segurança Pública dos Estados) e destacados os altos índices de analfabetismo no sistema prisional, os quais se refletem em dificuldades para a ressocialização dos presos.



Mutirão Carcerário

Com o objetivo de revisar aproximadamente 31 mil processos de presos provisórios e com condenação definitiva no Rio Grande do Sul, foi lançada no mês março a edição 2011 do Programa Mutirão Carcerário. Instituído pela Resolução Conjunta n.º 01/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Mutirão está assentado em três eixos: efetividade da justiça criminal, garantia do devido processo legal e reinserção social.

O Ministério Público designou 22 Promotores de Justiça para participar da iniciativa, distribuídos nas cinco cidades-polo: onze em Porto Alegre, três em Caxias do Sul, três em Ijuí, três em Santa Maria e dois em Pelotas.

Em termos numéricos, aproximadamente 30 mil processos foram analisados durante o Mutirão. Entre os processos, cerca de 23 mil correspondentes a réus definitivamente condenados e o restante a presos provisórios. Das prisões processuais, 618 foram revogadas/relaxadas ou concedida a liberdade provisória. Em relação às prisões definitivas, 68 apenados foram soltos porque as penas estavam extintas e 750 obtiveram livramento condicional.

Conforme notícia divulgada no sítio do CNJ, o crime organizado nas prisões foi o maior problema identificado no sistema prisional gaúcho.

Além disso, o MPRS também está focado na fiscalização e melhoria dos estabelecimentos prisionais. Para tanto, a Instituição vem desenvolvendo diversas atividades destinadas à melhoria do sistema prisional e da dignidade dos presos, como o atendimento à saúde e o voto dos presos provisórios, entre outras.

Ampliação do Presídio de São Vicente do Sul

A Promotoria de Justiça de **São Vicente do Sul**, em parceria com o Poder Judiciário e com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), apoiou a ampliação do Presídio Estadual de São Vicente do Sul, a qual engloba a construção de duas novas celas, nova guarita, parlatório, sala de artesanato e sala de aula.

As obras foram custeadas com os valores decorrentes de transações penais do Juizado Especial Criminal local, das prestações pecuniárias das propostas de suspensão condicional dos processos

criminais aceitas e de parte destinada pela própria SUSEPE.

O Projeto contou com a participação do administrador do presídio local e da SUSEPE, bem como da mão de obra dos servidores da referida superintendência e de reeducandos dispostos a colaborar com a ação.

A iniciativa, ao que se sabe, é pioneira no Estado e exterioriza o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público para solucionar os problemas no Sistema Prisional.

ATUAÇÕES DE DESTAQUE

Recolhimento de Carteiras Nacionais de Habilitação de Motoristas Infratores

Em maio de 2011, o Ministério Público firmou com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e a Brigada Militar um convênio que estabelece uma parceria de atuação com a finalidade de recolher as carteiras nacionais de habilitação (CNH) daqueles condutores infratores que tiveram suspenso o direito de dirigir.

O objetivo da iniciativa é que a Brigada Militar, durante atividades de rotina de patrulhamento, notifique pessoalmente os motoristas que não cumpriram a penalidade e que já foram comunicados em edital, mas não deixaram a CNH em um Centro de Formação de Condutores. Os casos de descumprimento da determinação serão repassados ao MPRS, que avaliará a possibilidade de denúncia pelo crime de desobediência.

Segundo dados divulgados em maio de 2011 pelo Detran, há mais de 7 mil motoristas que estão com o direito de dirigir suspenso em 376 municípios gaúchos e, dos 10,8 mil condutores punidos administrativamente e convocados por edital em 2010 pelo Detran, somente 30% entregaram a CNH e estão participando de cursos de reciclagem. Desse modo, a iniciativa pretende conscientizar, fiscalizar e acabar com a sensação de impunidade.

Somente nos primeiros nove dias úteis a partir da assinatura do convênio, foram recolhidas 1.045 de mais de sete mil CNHs de infratores.



Fraude no Banrisul

O Ministério Público realizou trabalho de altíssima importância e complexidade, que culminou com denúncia oferecida contra 25 pessoas por suspeita de envolvimento em um esquema de superfaturamento de ações de marketing do Banrisul, investigado na Operação Mercari. Os acusados foram denunciados pelos crimes de formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e corrupção passiva. O trabalho foi resultado da união de esforços do Ministério Público Estadual, Polícia Federal, Ministério Público de Contas e Tribunal de Contas do Estado. A denúncia, com 375 folhas, está lastreada em farto expediente investigatório, que conta com mais de 50 volumes.

Outros destaques:

- ✓ Oferecida Denúncia no Caso do Choque Elétrico em Parada de Ônibus;
- ✓ Denunciado Policial Civil por Violação do Sigilo Funcional;
- ✓ Denunciado Ex-Vice-Cônsul de Portugal por Estelionato e Coação.

✓ Termo de Cooperação celebrado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, com a intervenção da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), Associação Comunitária do Campo da TUCA e Instituto VONPAR, objetivando implantar um **centro de triagem de resíduos sólidos no Presídio Central de Porto Alegre**.

✓ Termo de Compromisso celebrado com o Poder Judiciário do Estado, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas do Estado, a Defensoria Pública Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, objetivando desenvolver projetos e ações que visem à **segurança no trânsito**.

PARCERIAS REALIZADAS

Entre as parcerias firmadas em 2011, destacam-se os seguintes Termos de Cooperação firmados:

✓ Termo de Convênio celebrado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, objetivando o desenvolvimento de ações de **combate às organizações criminosas e atividades conexas** e ao acesso ao banco de dados do Sistema de Consultas Integradas.

✓ Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, com a interveniência da Brigada Militar, da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS) e do Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN), visando à implantação e realização, nos municípios, de atividades e **ações preventivas para notificações e para a entrega de Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH)**.

DADOS DO RELATÓRIO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO*

ÁREA CRIMINAL

1. Inquéritos Policiais/ Notícias Criminais/PICs

VINDOS DO PERÍODO ANTERIOR	6.484
RECEBIDOS/INSTAURADOS NO PERÍODO	272.786
Crimes contra a vida	15.861
Crimes contra a administração pública	3.545
Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	17
Crimes contra a ordem tributária	947
Crimes de tortura	82
Crimes contra o meio ambiente	2.823
Crimes contra o consumidor	271
Crimes contra o patrimônio	78.966
Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	61.417
Crimes de tráfico de entorpecentes	13.532
Crimes de trânsito	9.876
Outros crimes	93.165
REQUISITADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PERÍODO	1.825
Crimes contra a vida	198
Crimes contra a administração pública	114
Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	3
Crimes contra a ordem tributária	126
Crimes de tortura	2
Crimes contra o meio ambiente	38
Crimes contra o consumidor	11
Crimes contra o patrimônio	232
Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	51
Crimes de tráfico de entorpecentes	200
Crimes de trânsito	82
Outros crimes	838
BAIXADOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA	30.898
Crimes contra a vida	7.897
Crimes contra a administração pública	995
Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	12
Crimes contra a ordem tributária	161
Crimes de tortura	21
Crimes contra o meio ambiente	462
Crimes contra o consumidor	45
Crimes contra o patrimônio	5.817
Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	4.199
Crimes de tráfico de entorpecentes	866



Crimes de trânsito	575
Outros crimes	10.681
ARQUIVADOS	82.056
Pela extinção de punibilidade:	6.761
Pela prescrição	2.446
Pela decadência	808
Por outras causas em extinção de punibilidade	9.436
Por desconhecimento de autoria	19.967
Por outras causas	55.537
TRANSAÇÕES PENAIIS EFETIVADAS	1.556
Crimes contra a vida	10
Crimes contra a administração pública	65
Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	0
Crimes contra a ordem tributária	1
Crimes de tortura	0
Crimes contra o meio ambiente	98
Crimes contra o consumidor	6
Crimes contra o patrimônio	21
Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	173
Crimes de tráfico de entorpecentes	17
Crimes de trânsito	162
Outros crimes	886
DENÚNCIAS OFERECIDAS	43.374
Crimes contra a vida	3.112
Crimes contra a administração pública	712
Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	5
Crimes contra a ordem tributária	281
Crimes de tortura	21
Crimes contra o meio ambiente	541
Crimes contra o consumidor	49
Crimes contra o patrimônio	12.084
Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	4.748
Crimes de tráfico de entorpecentes	4.197
Crimes de trânsito	4.741
Outros crimes	13.855
Manifestações diversas	135.503
Devolvidos sem manifestação (incluindo intimações)	35.738
Passam para o período seguinte no prazo	2.780
Passam para o período seguinte fora do prazo	2.760

Criminal

2. Termos Circunstanciados

VINDOS DO PERÍODO ANTERIOR	5.392
RECEBIDOS PELO MP NO PERÍODO	270.405
Crimes contra a administração pública	17.382
Crimes contra o meio ambiente	11.192
Crimes contra o consumidor	339
Crimes contra o patrimônio	6.940
Crimes de trânsito	44.481
Outros crimes	191.116
REQUISITADOS PELO MP NO PERÍODO	146
Crimes contra a administração pública	21
Crimes contra o meio ambiente	20
Crimes contra o consumidor	3
Crimes contra o patrimônio	2
Crimes de trânsito	10
Outros crimes	108
BAIXADOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA	16.541
Crimes contra a administração pública	1.539
Crimes contra o meio ambiente	629
Crimes contra o consumidor	20
Crimes contra o patrimônio	192
Crimes de trânsito	2.991
Outros crimes	11.462
ARQUIVADOS	74.433
Pela extinção de punibilidade:	30.701
Pela prescrição	7.072
Pela decadência	4.698
Por outras causas de extinção de punibilidade	21.722
Por desconhecimento de autoria	1.679
Por outras causas	40.761
TRANSAÇÕES PENAIS EFETIVADAS	13.604
Crimes contra a administração pública	922
Crimes contra o meio ambiente	756
Crimes contra o consumidor	7
Crimes contra o patrimônio	92
Crimes de trânsito	2.806
Outros crimes	8.954
DENÚNCIAS OFERECIDAS NO PERÍODO	16.348
Crimes contra a administração pública	1.971
Crimes contra o meio ambiente	717
Crimes contra o consumidor	6
Crimes contra o patrimônio	129



Crimes de trânsito	2.805
Outros crimes	10.809
Manifestações diversas	155.210
Devolvidos sem manifestação (incluindo intimações)	53.028
Passam para o período seguinte no prazo	1.601
Passam para o período seguinte fora do prazo	2.475

3. Processos Criminais no Primeiro Grau

RECEBIDOS NO PERÍODO	474.227
Crimes contra a vida	36.804
Crimes contra a administração pública	9.552
Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	23
Crimes contra a ordem tributária	1.112
Crimes de tortura	255
Crimes contra o meio ambiente	7.137
Crimes contra o consumidor	326
Crimes contra o patrimônio	91.961
Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	13.065
Crimes de tráfico de entorpecentes	30.201
Crimes de trânsito	20.830
Outros crimes	266.457
ARQUIVADOS	2.303
Pela extinção de punibilidade:	5.878
Pela prescrição	641
Pela decadência	66
Por outras causas pela extinção de punibilidade	5.589
Por desconhecimento de autoria	40
Por outras causas	298
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	372.579
Crimes contra a vida	29.071
Crimes contra a administração pública	7.265
Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	21
Crimes contra a ordem tributária	841
Crimes de tortura	197
Crimes contra o meio ambiente	4.553
Crimes contra o consumidor	217
Crimes contra o patrimônio	71.417
Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	10.684
Crimes de tráfico de entorpecentes	25.027
Crimes de trânsito	15.305
Outros crimes	211.373
Passam para o período seguinte no prazo	1.677

Criminal

Passam para o período seguinte fora do prazo	707
---	------------

4. Suspensões Condicionais do Processo

Efetivadas	4.439
Crimes contra a administração pública	185
Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	5
Crimes contra a ordem tributária	17
Crimes contra o meio ambiente	174
Crimes contra o consumidor	10
Crimes contra o patrimônio	417
Crimes de trânsito	951
Outros crimes	1.536

5. Julgamentos

CONDENAÇÃO CONFORME PEDIDO DO MP DE 1º GRAU	8.460
Crimes contra a vida	528
Crimes contra a administração pública	239
Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	6
Crimes contra a ordem tributária	12
Crimes de tortura	6
Crimes contra o meio ambiente	54
Crimes contra o consumidor	39
Crimes contra o patrimônio	3.902
Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	272
Crimes de tráfico de entorpecentes	1.491
Crimes de trânsito	417
Outros crimes	3.566
ABSOLVIÇÃO CONTRÁRIA AO PEDIDO DO MP DE 1º GRAU	3.207
Crimes contra a vida	130
Crimes contra a administração pública	127
Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	0
Crimes contra a ordem tributária	28
Crimes de tortura	1
Crimes contra o meio ambiente	33
Crimes contra o consumidor	16
Crimes contra o patrimônio	1.478
Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	116
Crimes de tráfico de entorpecentes	402
Crimes de trânsito	194
Outros crimes	1.376



6. Atividade Recursal e Correlata

Agravos em execução interpostos	2.683
Mandados de Segurança impetrados	13
Recurso em Sentido Estrito interpostos	584
Correições parciais propostas	101
Apelações interpostas	2.994
Outros	8.447

7. Execução Penal

Pareceres/promoções	152.403
Visitas a estabelecimentos prisionais	892

8. Atos de Controle Externo da Atividade Policial

Procedimentos investigatórios instaurados	207
Recomendações expedidas	848
Denúncias oferecidas	45
Ações penais julgadas procedentes	60
Ações penais julgadas improcedentes	18

9. Intercepções Telefônicas/Telemáticas

9.1 Dados Relativos às Intercepções Telefônicas

Procedimentos

Número de procedimentos em curso no período anterior	250
Número de procedimentos iniciados no período	832
Número de procedimentos findos no período	546
Número de procedimentos que permanece em trâmite	536

Telefones monitorados

Quantidade de telefones monitorados remanescentes do período anterior	888
Quantidade de telefones monitorados iniciados no período	3.396
Quantidade de telefones monitorados findos no período	2.594
Quantidade de telefones que permanecem monitorados	1.690

9.2 Dados Relativos às Intercepções em Sistemas de Informação (Informática/Telemática)

Procedimentos

Número de procedimentos em curso no período anterior	33
Número de procedimentos iniciados no período	102
Número de procedimentos findos no período	55
Número de procedimentos que permanece em trâmite	80

Endereços eletrônicos

Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) monitorados remanescente do período anterior	49
Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) monitorados iniciados no período	164

Criminal

Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) monitorados finalizados no período	95
Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) que permanecem monitorados	118

9.3 Dados Relativos ao Número de Investigados

Número total de investigados (procedimentos iniciados, findos e em trâmite)	3.939
Número de pessoas que permanecem sob investigação ao fim do período	190

10. Outros Dados

10.1 Audiências/Sessões

Juizado Comum

Audiências assistidas	74.506
Audiências não assistidas	15.920

Juizado Especial Criminal

Audiências assistidas	65.962
Audiências não assistidas	27.084

Execução Criminal

Audiências assistidas	7.729
Audiências não assistidas	1.498

Tribunal do Júri

Audiências assistidas	5.318
Audiências não assistidas	301
Plenários realizados	1.542

Violência Doméstica contra a Mulher (Lei Maria da Penha)

Audiências assistidas	23.248
Audiências não assistidas	6.474

10.2 Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça

Nº de pessoas atendidas	13.457
-------------------------	--------

CRIMES MILITARES

1. Inquéritos Policiais/ Notícias Criminais/PICs

Vindos do Período Anterior	102
Recebidos/Instaurados no Período	5.235
Crimes contra a autoridade ou disciplina militares	105
Crimes contra o serviço e deveres militares	10
Crimes contra a pessoa	774



Crimes contra o patrimônio	35
Crimes contra a incolumidade pública	0
Crimes contra a administração militar	286
Crimes contra a administração da Justiça Militar	3
Outros crimes	4.062
REQUISITADOS PELO MP NO PERÍODO	51
Crimes contra a autoridade ou disciplina militares	0
Crimes contra o serviço e deveres militares	3
Crimes contra a pessoa	24
Crimes contra o patrimônio	0
Crimes contra a incolumidade pública	0
Crimes contra a administração militar	8
Crimes contra a administração da Justiça Militar	0
Outros crimes	16
BAIXADOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA	340
Crimes contra a autoridade ou disciplina militares	2
Crimes contra o serviço e deveres militares	0
Crimes contra a pessoa	128
Crimes contra o patrimônio	2
Crimes contra a incolumidade pública	0
Crimes contra a administração militar	70
Crimes contra a administração da Justiça Militar	0
Outros crimes	139
ARQUIVADOS*	1.789
Pela extinção de punibilidade:	8
Pela prescrição	3
Pela decadência	0
Por outras causas	6
Por desconhecimento de autoria	2
Por outras causas	1.773
DENÚNCIAS OFERECIDAS	338
Crimes contra a autoridade ou disciplina militares	7
Crimes contra o serviço e deveres militares	5
Crimes contra a pessoa	62
Crimes contra o patrimônio	10
Crimes contra a incolumidade pública	0
Crimes contra a administração militar	29
Crimes contra a administração da Justiça Militar	5
Outros crimes	223
Manifestações diversas	2.003
Devolvidos sem manifestação (incluindo intimações)	902

Criminal

Passam para o mês/período seguinte no prazo	35
Passam para o mês/período seguinte fora do prazo	59

2. Processos Criminais no Primeiro Grau

RECEBIDOS NO PERÍODO	3.642
Crimes contra a autoridade ou disciplina militares	14
Crimes contra o serviço e deveres militares	87
Crimes contra a pessoa	913
Crimes contra o patrimônio	17
Crimes contra a incolumidade pública	0
Crimes contra a administração militar	434
Crimes contra a administração da Justiça Militar	39
Outros crimes	2.211
ARQUIVADOS	27
Pela extinção de punibilidade:	39
Pela prescrição	1
Pela decadência	0
Por outras causas em extinção de punibilidade	33
Por desconhecimento de autoria	0
Por outras causas	0
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	2.372
Crimes contra a autoridade ou disciplina militares	35
Crimes contra o serviço e deveres militares	30
Crimes contra a pessoa	683
Crimes contra o patrimônio	9
Crimes contra a incolumidade pública	0
Crimes contra a administração militar	325
Crimes contra a administração da Justiça Militar	14
Outros crimes	1.305
Passam para o período seguinte no prazo	0
Passam para o período seguinte fora do prazo	0

3. Julgamentos

CONDENAÇÃO CONFORME PEDIDO DO MP DE 1º GRAU	85
Crimes contra a autoridade ou disciplina militares	4
Crimes contra o serviço e deveres militares	6
Crimes contra a pessoa	3
Crimes contra o patrimônio	0
Crimes contra a incolumidade pública	0
Crimes contra a administração militar	9
Crimes contra a administração da Justiça Militar	5



Outros crimes	41
ABSOLVIÇÃO CONTRÁRIA AO PEDIDO DO MP DE 1º GRAU	20
Crimes contra a autoridade ou disciplina militares	6
Crimes contra o serviço e deveres militares	5
Crimes contra a pessoa	5
Crimes contra o patrimônio	1
Crimes contra a incolumidade pública	0
Crimes contra a administração militar	7
Crimes contra a administração da Justiça Militar	3
Outros crimes	2

4. Atividade Recursal e Correlata

Apelações interpostas	88
Outros	141

5. Outros Dados

5.1 Audiências/Sessões

Sessões de julgamento realizadas	173
Audiências assistidas	693
Audiências não assistidas	295

5.2 Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça

Nº de pessoas atendidas	70
-------------------------	----

** Os dados, que a exemplo do que ocorre nos feitos criminais, são informados na forma total bem como em valores parciais por matéria, podem apresentar disparidades, tendo em vista que um único expediente pode tratar de dois ou mais crimes.*



Infância e Juventude



INFÂNCIA E JUVENTUDE

A implementação das Promotorias Regionais da Educação e a Proteção Social Articulada foram os principais projetos estratégicos executados pelo Ministério Público na área da infância e juventude em 2011.

Entre as ações realizadas, destacam-se a elaboração de uma cartilha com material informativo do Sistema Único de Assistência Social e, no mês de outubro, foi instituído o Fórum Permanente de Combate ao Uso de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes.

Também houve a realização, em novembro, do I Encontro de Promotores e Procuradores da Infância, Juventude, Educação e Família, cujo objetivo principal foi aprofundar questões relacionadas às atividades da área e promover a troca de experiências entre os Promotores e Procuradores de Justiça que atuam nessa esfera.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Proteção Social Articulada

Vinculado ao objetivo estratégico do Ministério Público **“Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social”**, o projeto visa estimular a implantação e a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios do Rio Grande do Sul, por meio de parceria com o Departamento de Assistência Social do Estado (DAS).

Em 2011, o MPRS, juntamente com o DAS, cumprindo cláusulas do Termo de Cooperação firmado no ano anterior, realizou visitas em 21 dos 100 municípios eleitos como prioritários para avaliar a Política de Assistência Social, tendo apontado lacunas e providências necessárias à implementação da política. Os relatórios já foram disponibilizados aos promotores de Justiça dos municípios visitados.

Implementação das Promotorias Regionais de Educação

Atendendo às prioridades eleitas para

a educação no Mapa Estratégico do MPRS, especificamente no que diz respeito ao objetivo **“Estimular a garantia da qualidade na educação básica”**, o projeto tem por finalidade assegurar, de forma prioritária: o direito e o acesso à educação infantil; a universalização da educação para a população de 4 a 17 anos, até 2016 (Emenda Constitucional nº 59, art. 6º); a redução dos níveis de evasão e reprovação escolar, especialmente no ensino fundamental e médio, mediante implementação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) em todos os municípios do Estado, bem como a inclusão escolar dos estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A iniciativa foi concebida como projeto piloto de atuação regional em educação e visa tornar-se uma ação efetiva do MPRS nesse setor fundamental para a sociedade gaúcha. Foram designados, até o momento, seis Promotores de Justiça para atuar, de forma regional, na área da educação, nos seguintes municípios: Pelotas, Porto Alegre, Faxinal do Soturno, Santo Ângelo, Santa Maria e Passo Fundo, com 79 municípios jurisdicionados.

Em 2011, os Promotores Regionais da Educação realizaram diversas atividades, que envolveram seminários e eventos com a comunidade escolar e o poder público local, visando levantar a realidade da educação.

AÇÕES REALIZADAS

Cartilha “Conhecendo o SUAS” – Sistema Único de Assistência Social

Em 2011, o MPRS elaborou uma cartilha com material informativo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O objetivo é contribuir com a qualificação acerca do assunto, auxiliar na execução dos projetos que compõem o planejamento estratégico e consolidar a função



institucional na defesa dos interesses indisponíveis do indivíduo e da sociedade. O material foi distribuído a todas as Promotorias de Justiça com atuação nas áreas infante-juvenil, de proteção ao idoso e de pessoas com deficiência.

Fiscalização das Unidades da FASE

Em 2011, o MPRS, por meio da Unidade de Assessoramento em Direitos Humanos, vistoriou as 23 unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativas (FASE) no Estado do Rio Grande do Sul, sendo 13 unidades de internação e 10 unidades de semiliberdade. Destas, sete unidades estão localizadas na capital e 16 em municípios do interior.

Foi também reelaborado o roteiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e estruturado o processo de vistorias, que implica em visitas de dois turnos às unidades de privação de liberdade e de um turno nas de semiliberdade, com coleta de material fotográfico, entrevistas coletivas e contatos subsequentes, sempre que necessário, além de estudo dos documentos fornecidos pelas entidades.

Está planejada, para o início do próximo ano, a elaboração de um relatório geral do sistema socioeducativo.

I Encontro de Promotores e Procuradores da Infância, Juventude, Educação e Família

Com vistas a aprofundar questões recorrentes relacionadas às atividades da área e fortalecer os vínculos de trabalho entre os membros atuantes nas áreas de 1ª e 2ª instâncias, o MPRS, por intermédio do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), promoveu, em novembro de 2011, o I Encontro de Promotores e Procuradores da Infância, Juventude, Educação e Família.

Durante o encontro, foram abordados temas como: “Guarda e Adoção: a importância do vínculo afetivo da criança com os cuidadores”; “Disputas Judiciais: a realização de visitas de pais a filhos no

Conselho Tutelar”; “Infração Administrativa do art. 249 ECA à luz da jurisprudência”; “Aplicação da Lei Maria da Penha ao adolescente autor de ato infracional”; e, “Educação Infantil - O que podemos fazer para assegurar a vaga, em especial, para os vulneráveis?”.

Fórum Permanente de Combate ao Uso de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes

O MPRS, através do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, instituiu, em outubro de 2011, o Fórum Permanente de Combate ao Uso de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes, com o objetivo de desenvolver atividades de prevenção à venda e ao consumo de bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes, além da adoção de providências que visem à conscientização das famílias, professores e agentes de saúde. O Fórum visa, ainda, incentivar a adoção de medidas de fiscalização a serem desenvolvidas pelo Poder Público com a participação da sociedade.

Uma das medidas adotadas, e que já apresentou resultado, foi a iniciativa do município de **Passo Fundo**, por meio da assinatura do Termo de Cooperação Operacional, assinado em dezembro de 2011, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas durante as festas de formatura dos ensinos fundamental e médio nos municípios de Passo Fundo, Ernestina e Coxilha.

A aceitação dos pais e da comunidade escolar representa um grande passo para uma mudança de mentalidade e de cultura, no sentido de que, para se divertir, o jovem não precisa beber.

Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

Com o objetivo de dar andamento à elaboração do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, o MPRS, por



meio do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, promoveu, em junho de 2011, encontro que reuniu representantes de diversas instituições e entidades envolvidas com o tema no Estado para tratar do assunto.

Em continuidade às atividades desenvolvidas, foram realizadas, nos meses de junho e julho, reuniões para elaboração de minuta do Decreto Estadual que institui o Comitê Intersetorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Em outubro de 2011, foi firmado o Decreto Estadual nº 48.419.

ATUAÇÕES DE DESTAQUE

Acolhimento de Crianças e Adolescentes

Em abril de 2011, o Município de **Viamão** ganhou duas novas casas-lares destinadas ao acolhimento de crianças e adolescentes com situação jurídica definida e remota possibilidade de colocação em família substituta.

Nos autos de uma Ação de Execução por obrigação de fazer movida pelo MPRS contra o Município, foi entabulado acordo com o Executivo para melhorias no atendimento a ser prestado a crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Entre as medidas a serem executadas pelo Poder Público, foi pactuada a assinatura de convênio com o Abrigo João Paulo II, para abertura de 24 vagas em três casas-lares.

Com o acolhimento nas casas-lares, as crianças e adolescentes voltam a desfrutar do direito à convivência familiar, em uma residência composta por oito jovens e infantes, assistidos por pais sociais.

Vagas na Educação Infantil

Com vistas a oportunizar amplo debate sobre o problema da carência de vagas na educação infantil em **Santa Cruz do Sul** e região, a Promotoria da Infância e Juventude do município e o Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude,

Educação, Família e Sucessões, juntamente com o Tribunal de Contas do Estado e o Conselho Municipal de Educação, realizaram, em julho de 2011, uma Audiência Pública para discutir o tema.

A mobilização foi motivada pelo diagnóstico que analisa a demanda das escolas infantis dos últimos dez anos. O estudo revela que Santa Cruz do Sul não cumpriu as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, criado em 2001. O plano estipula que, até 2011, 50% das crianças de zero a três anos e 80% da população entre quatro e cinco anos estejam matriculadas em uma escola de educação infantil. Para que o índice seja alcançado no município, é necessária a criação de 459 vagas em creches e 85 em pré-escolas.

Em decorrência da Audiência Pública, foram encaminhadas solicitações de resposta ao Município, Conselho Municipal de Educação, Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica), Poder Legislativo local e Conselho Tutelar. Além disso, foi apresentado um cronograma de atividades, sendo que as ações envolvem um estudo da situação, deliberações pelo Conselho Municipal de Educação e apresentação de metas em curto, médio e longo prazo.

Projeto Pai Presente

No Município de **Passo Fundo**, o projeto de abrangência estadual que visa à conscientização sobre a importância da paternidade responsável e à regularização de assentos de nascimentos sem registros paternos alavancou e ganhou celeridade a partir de iniciativa da Promotoria de Justiça do município.

A agilidade no procedimento ocorre nos casos de necessidade de exame de DNA, quando a Promotoria de Justiça, com o consentimento da Defensoria Pública local, já na audiência faz um acordo entre as partes, com eficácia condicionada ao resultado do exame de DNA, acerca de guarda, visitação e alimentos. Portanto, com a participação do juiz, os procedimentos de Averiguação Oficiosa de Paternidade são agendados com brevidade e, a

partir do acordo feito na Promotoria, o esclarecimento da paternidade e todas as questões relacionadas são solucionadas em prazo inferior a 50 dias. Ressalta-se que, com esse procedimento, já foram agendadas 246 audiências relacionadas a este projeto.

PARCERIAS REALIZADAS

IX Jornada Estadual Contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

O MPRS, juntamente com a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, a Assembleia Legislativa e a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, além de diversos outros parceiros, assinou, em maio de 2011, Acordo de Cooperação para a realização da IX Jornada Estadual contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Neste ano, a jornada, que é realizada desde 2003, teve como foco principal a realização de um diagnóstico pelos municípios, que envolveu os serviços e programas existentes em seu território para o enfrentamento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, com vistas a identificar os limites e as possibilidades das iniciativas desenvolvidas. Além disso, por meio da Jornada, os municípios puderam discutir a necessidade e a viabilidade de implantação de um Centro de Referência em Atendimento Infanto-Juvenil (CRAI), valendo-se da experiência norteadora do CRAI de Porto Alegre.

O evento teve como lema “O desafio do financiamento e da qualificação dos serviços em rede” e percorreu, de agosto a dezembro de 2011, sete municípios gaúchos: Santa Maria, Rio Grande, Santa Rosa, Passo Fundo, Uruguaiana, Caxias do Sul e Gravataí.

Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Em virtude do incremento da atividade turística que decorrerá da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, foi firmada, em maio de 2011, Carta de Intenções

para prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes. Firmaram o Termo, além do MPRS, diversas secretarias dos governos estadual e municipais e outras entidades governamentais e não governamentais.

O objetivo da Carta de Intenções é a elaboração de um plano de trabalho para desenvolvimento e execução de projeto de intervenção social conjunto, visando à prevenção da violação dos direitos humanos da população infanto-juvenil, em especial das violações decorrentes da exploração sexual em Porto Alegre durante a Copa do Mundo.

Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI)

O MPRS, por iniciativa do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, buscou regulamentar ações que efetivem o direito de permanência na escola e o combate ao abandono e à evasão escolar. Para tanto, desencadeou, em parceria com inúmeras instituições que vêm se envolvendo com o tema no âmbito do Rio Grande do Sul, o processo de revisão do Termo de Cooperação que instituiu a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente em 1997.

A renovação do Termo foi firmada em agosto de 2011, no Palácio do Ministério Público. Atualmente, o grupo de parceiros estuda a viabilidade de informatizar o instrumento.

Contribuindo para o andamento da iniciativa, a Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos apresentou, em dezembro de 2011, o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia). Criado pelo Ministério da Justiça, esse sistema é uma ferramenta de gestão nacional para sistematizar o Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir da atuação dos Conselhos Tutelares.

RS TUTELAR

Com o objetivo de conjugar esforços e iniciativas destinadas à realização de atividades de apoio, de formação continuada e de aperfeiçoamento institucional dos conselhos tutelares do Estado



do Rio Grande do Sul, foi assinado, em maio de 2011, Protocolo de Intenções que regulamenta o Programa Estadual de Apoio aos Conselhos Tutelares, denominado RS -Tutelar.

O protocolo foi firmado por representantes do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, da Associação dos Conselheiros Tutelares do Rio Grande do Sul, da Fundação Escola

Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, da Fundação de Proteção Especial, da Universidade de Caxias do Sul e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

No segundo semestre de 2011, foram realizadas 10 edições do curso, capacitando 450 conselheiros tutelares em todo o Estado.

DADOS DO RELATÓRIO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ÁREA INFÂNCIA, JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E SUCESSÕES

1. ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS

Boletins de ocorrências/outras notícias de atos infracionais transferidos do período anterior	1.218
Boletins de ocorrências/outras notícias de atos infracionais recebidos	33.216
Boletins de ocorrências/outras notícias arquivadas sem concessão de remissão	6.774
Representações oferecidas	6.351
Passam para o período seguinte no prazo	551
Passam para o período seguinte fora do prazo	540
Devolvidos sem manifestação (incluindo intimações)	5.383
REMISSÕES CONCEDIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	6.052
Simples	1.409
Cumulada como medida socioeducativa:	4.510
Advertência	2.861
Obrigação de reparar o dano	124
Prestação de serviços à comunidade	1.811
Liberdade assistida	184
Processos recebidos	107.605
Processos analisados	82.471

2. DEFESA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS DA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE INQUÉRITOS CIVIS/ PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS (PA/PI/RD)

Instaurados	4.311
ARQUIVADOS	2.847
Sem ajustamento de conduta	2.349
Com ajustamento de conduta	33
Expedientes sem impulso há mais de 30 dias	940
Total de compromissos de ajustamento firmados no período	101

Infância e Juventude

AÇÕES CIVIS AJUIZADAS	5.486
Ação civil pública	663
Apuração de infração administrativa	76
Destituição/suspensão do poder familiar	538
Outras	2.060
Promoções/pareceres	80.611
Réplica/memorais/debate	2.640
Recursos (razões, contrarrazões e outros)	2.563
DEVOLVIDOS SEM MANIFESTAÇÃO (INCLUINDO INTIMAÇÕES)	24.532
Visitas a unidades de atendimento sócioeducativo	100
Visitas a entidades de abrigo	381

3. JULGAMENTOS

NA ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS

Representações julgadas procedentes	589
Representações julgadas parcialmente procedentes	74
Representações julgadas improcedentes	185

NA ÁREA DA DEFESA TRANSINDIVIDUAL

Ações civis julgadas procedentes	239
Ações civis julgadas parcialmente procedentes	14
Ações civis julgadas improcedentes	18

OUTROS DADOS

Audiências assistidas	21.075
Audiências não assistidas	2.303
Audiências de apresentação realizadas	18.767
Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça	17.440



Direitos Humanos

DIREITOS HUMANOS

Garantir os direitos humanos previstos na Constituição de 1988 é uma das metas propulsoras do Ministério Público. Para tanto, em 2011, foram desenvolvidos projetos e ações que englobaram os direitos dos cidadãos em todos os aspectos. Entre os destaques, está a Ação Civil Pública ajuizada pelo MPRS para que o Estado implemente o piso salarial nacional do magistério estadual. No mesmo período, foi lançada oficialmente a Rede de Direitos Humanos do Sistema de Justiça e Segurança do Estado, formada pelo MPRS, demais instituições públicas e entidades da sociedade civil.

Destaca-se também o desenvolvimento do projeto “Idosos em ILPIs: Garantia do Direito em foco!”, que utiliza ferramentas institucionais para orientar a atuação de promotores de Justiça com o objetivo de garantir, de forma integrada aos demais órgãos de proteção e fiscalização, o direito dos idosos que residem em Instituições de Longa Permanência. Visando atender ao objetivo estratégico “**Proteger o Sistema Único de Saúde**”, foram realizados pelo Ministério Público workshops para formação de Redes de Cooperação que otimizem o fornecimento de medicamentos pelo SUS e reduzam a quantidade de ações judiciais nessa área.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Idosos em ILPIs: Garantia do Direito em foco!

O Projeto é vinculado ao objetivo estratégico “**Fortalecer a rede de proteção da pessoa idosa**” e visa ao desenvolvimento de uma ferramenta institucional que possibilite a atuação de forma pró-ativa junto às comunidades, mediante o desenvolvimento de redes de cooperação com os demais órgãos fiscalizadores, o poder público e a sociedade civil organizada, para possibilitar uma atuação homogênea de fiscalização e valorizar os profissionais envolvidos.

Em 2011, o projeto esteve em pleno andamento com a intensificação das fiscalizações nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) em diversos municípios do Estado, realização de eventos de divulgação e de capacitações para Promotores de Justiça, tanto na forma presencial

quanto em ambiente de ensino a distância (EaD), bem como o lançamento da página do projeto na Intranet do MPRS.

O encerramento das atividades de 2011 se deu a partir de seminário realizado no mês de dezembro em que os promotores de Justiça de 15 comarcas se reuniram para avaliar os resultados do projeto. No evento, foi feito um aprofundamento de conhecimentos e troca de experiências entre os Promotores, com análise das fiscalizações e dos procedimentos adotados após as vistorias (Termos de Ajustamento de Conduta firmados, Ações Judiciais ajuizadas e interdições de ILPIs), dos avanços e das dificuldades vivenciadas. Constatou-se que o projeto conseguiu atingir um dos seus principais objetivos, que era instrumentalizar os promotores de Justiça para a garantia dos direitos dos idosos residentes nessas instituições.

Além disso, destaca-se, entre os resultados obtidos, a capacitação a distância de 74 Promotores de Justiça, que realizaram 277 atividades práticas relacionadas ao tema, bem como a capacitação presencial dos Promotores de Justiça que atuam em cidades com mais de 100 mil habitantes ou que possuem grande número de ILPIs. Os Promotores fiscalizaram, em parceria com a Vigilância Sanitária e os Conselhos Municipais de Idosos, grande parte das 475 ILPIs do Estado.

Medicamentos ao Alcance de Todos

Com o propósito de reduzir a quantidade de ações judiciais para garantir o acesso a medicamentos, o MPRS desenvolveu um projeto vinculado ao objetivo estratégico “**Proteger o Sistema Único de Saúde**” que busca a otimização da rede de fornecimento de medicamentos no Estado.

Em outubro, a instituição promoveu, em Porto Alegre, o “Workshop para Formação de Redes de Cooperação”, que versou, entre outros assuntos, sobre maneiras de evitar a judicialização da busca por medicamentos. No Brasil, são cerca de 240 mil ações, sendo que 113 mil são provenientes apenas do Rio Grande do Sul e 5 mil do Município de Porto Alegre. Participaram do evento, entre outros órgãos públicos, representantes do Judiciário, Procuradoria-Geral do Estado e Defensoria Pública do Estado.

Em novembro, foi realizado mais um workshop, desta vez em Pelotas, cujo objetivo foi



fomentar, capacitar e dar suporte aos parceiros do Termo de Acordo de Cooperação Técnica que visa otimizar a rede de fornecimento de medicamentos e reduzir as demandas judiciais relacionadas à saúde. Na ocasião, também foi distribuída, para os gestores públicos e operadores do direito da região Sul, cartilha com orientações sobre a organização das redes de distribuição de medicamentos e do respectivo fluxo.

A metodologia empregada no projeto permite melhorar o conhecimento do sistema, de modo a permitir soluções extrajudiciais conjuntas e convergentes para enfrentar a crescente problemática relacionada à saúde, e aperfeiçoar, inclusive, a intervenção judicial, caso necessária.

AÇÕES REALIZADAS

Rede de Direitos Humanos do Sistema de Justiça e Segurança do Estado

Em junho de 2011, foi lançada oficialmente a Rede de Direitos Humanos do Sistema de Justiça e Segurança do Estado. Com isso, o Rio Grande do Sul passou a contar, de forma inédita em todo o Brasil, com uma rede formada por instituições públicas e entidades da sociedade civil para ampliar e fortalecer a defesa dos direitos humanos no Estado.

A ideia da consolidação da Rede surgiu a partir da experiência do Grupo Estadual de Direitos Humanos que, por iniciativa do MPRS, conclamou representantes dos Ministérios Públicos Estadual, Federal, do Trabalho, de Contas e Militar para integrarem o grupo. Com esses integrantes, foi criada a proposta de uma nova configuração, denominada de Rede, incluindo todo o Sistema de Justiça e Segurança, ou seja, Ministérios Públicos, Poder Judiciário, Defensoria Pública, além de instâncias de formação (Escolas) da Segurança Pública além de entidades da sociedade civil.

A Rede deverá promover ações e desenvolver trabalhos com foco na defesa de direitos humanos, contribuindo e orientando a formação de políticas públicas para melhorar as condições da sociedade.

Mesas de Diálogos sobre Direitos Humanos

O ano de 2011 celebrou o momento de avaliar os resultados e definir as estratégias para

atender às reivindicações apresentadas na edição do ano anterior do projeto “Mesas de Diálogos sobre Direitos Humanos”. Para tanto, ocorreu no mês de março o “Seminário de Aprofundamento das Mesas de Diálogos sobre Direitos Humanos”, em parceria com o Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), com o apoio da Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

O objetivo foi reunir novamente promotores de Justiça e representantes de entidades públicas, privadas e do terceiro setor de todo o Estado em uma atividade aberta ao público.

No encontro, foram destacados os principais pontos que devem merecer atenção do MPRS e do Poder Público. Além disso, formulou-se um documento, assinado pelos participantes, que solicita um Ministério Público ainda mais ativo na defesa dos direitos humanos. Também foi salientada a necessidade de uma formação educacional em direitos humanos, em especial nas universidades, formação de redes de proteção dos direitos humanos e capacitação dos operadores do direito sobre esse tema.

Para continuar a iniciativa, no mês de setembro foi renovada a parceria entre o Ministério Público, o Movimento Nacional de Direitos Humanos e a Cáritas Brasileira – Regional Rio Grande do Sul. Na próxima edição, a proposta é realizar mesas de debate municipais e regionais, com discussões gerais sobre direitos humanos, e análise da situação de sujeitos (temáticas de gênero, etnia, grupos sociais) e direitos (à terra, ao trabalho, à cultura, à liberdade religiosa, etc).

Mobilização para a Votação do Estatuto da Pessoa com Deficiência

Em março de 2011, houve um ato político para pedir a votação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, cujo projeto de lei tramita há dez anos no Congresso Nacional e que pode regulamentar a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. O evento reuniu aproximadamente 400 pessoas, entre elas representantes de 50 entidades, Promotores e Procuradores de Justiça, e foi promovido em parceria com o Governo do Estado, por intermédio da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDs e PPAHs no RS (Faders). Além disso, o encontro serviu para solicitar a aprovação de um projeto de lei complementar que cria

aposentadoria por tempo especial para essa parcela da população (projeto de lei complementar 040/2010) e um projeto de lei estadual que cria o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (PL 061/2011).

Após os debates, foi elaborado um documento onde constam as três moções aceitas por unanimidade, com os pedidos para que fossem imediatamente aprovados os projetos de lei em tramitação na Assembleia Legislativa gaúcha e no Senado. Essa mobilização resultou na sanção da Lei nº 13.720, de 28 de abril de 2011, que trata sobre Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades.

1º Seminário Abordando a Abordagem Policial

O seminário, promovido em parceria com a Brigada Militar, teve o objetivo de dialogar, diagnosticar e capacitar, possibilitando alterações recíprocas de conduta, tanto por parte da sociedade civil quanto por parte dos agentes públicos.

Na ocasião, foram realizados dois painéis com a exposição sobre o olhar da sociedade civil para o trabalho das polícias e de como o tema é tratado pelo Estado. No primeiro, manifestaram-se moradores de rua, por meio do Movimento Aquarela, além da Associação de Travestis Igualdade, da ONG Somos, da Liga Brasileira de Lésbicas e do Movimento Negro. As entidades pontuaram condutas que devem ser melhoradas e ações que foram exitosas no apoio a essas entidades.

Houve explicações de representantes da Brigada Militar, do Ministério Público, da Polícia Civil, da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, bem como da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que ressaltou a importância de estabelecer regras e padrões de abordagem policial orientados pelos direitos humanos, de modo que a prática seja conduzida sem colocar em risco os infratores da lei.

1º Seminário de Proteção e Integração de Refugiados

Em março de 2011, foi promovido um Seminário em parceria com a Agência da ONU para Refugiados e com a Associação Antônio Vieira (ASAV) para debater a situação dos refugiados no

país. A intenção foi expor às autoridades brasileiras e à sociedade os desafios e a importância de ampliar a defesa dos direitos daqueles que saem do seu local de origem com destino a outros países em busca de proteção, seja por razões de perseguição por opção religiosa, política, nacionalidade, etnia ou raça.

O evento marcou o início das comemorações dos 60 anos da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, que criou oportunidades para discutir os compromissos dos países signatários com a proteção dos refugiados, além da aplicação da Convenção em diferentes contextos nacionais.

Participaram do seminário como palestrantes, além do MPRS, representantes da Agência para Refugiados da ONU (ACNUR), do Comitê Nacional para Refugiados (Conare), do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e do Projeto de Reassentamento Solidário no Rio Grande do Sul.

Seminário “Presença Mbyá-Guarani em Porto Alegre: Construção de uma política pública”

O Seminário ocorreu em novembro de 2011, em parceria com o Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana e Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local. Teve o objetivo de elaborar um anteprojeto de lei para garantir, além da dignidade dos povos indígenas, a preservação da cultura e o entendimento da sociedade de que os índios têm o direito de utilizar o Centro da Capital de forma idêntica a qualquer cidadão.

Diagnóstico sobre Transplantes no Rio Grande do Sul

As estatísticas de doações de órgãos e tecidos no Rio Grande do Sul chamam a atenção: há seis anos, o Estado, que já foi líder no país, apresenta redução no número de doações. Hoje, o RS ocupa o 6º lugar, com uma média de 10,4 doadores efetivos por milhão de habitantes, segundo dados da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos.

Em 2011, o MPRS diagnosticou a captação e os transplantes de órgãos e tecidos no Estado.



O objetivo foi identificar a situação em que se encontram os hospitais e quais são os desafios que devem ser superados para tornar mais ágil e eficiente o processo, desde a captação até o transplante. Para isso, questionários foram enviados aos 67 hospitais gaúchos habilitados para captação de órgãos e tecidos. O relatório com os resultados foi entregue à Secretaria Estadual de Saúde, para que os dados apurados sejam utilizados no fomento a novas políticas públicas.

A iniciativa integrou a campanha desenvolvida no ano anterior e, desde então, a Instituição trabalha junto às autoridades de saúde, representantes de entidades e direção de hospitais, na construção de alternativas que incentivem a prática da doação de sangue, órgãos e tecidos, além de melhorar a rede de atendimento no setor.

ATUAÇÃO DE DESTAQUE

Piso Salarial Nacional do Magistério

A não implementação do piso salarial nacional do magistério estadual no Rio Grande do Sul pautou reuniões no MPRS que culminaram no ajuizamento da Ação Civil Pública, tombada sob o número 001/1.11.0246307-9, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre.

Na sequência, em conjunto com a Corregedoria-Geral do Ministério Público, foi expedida orientação aos Promotores de Justiça, resguardado o princípio da independência funcional, para que opinem pela suspensão dos processos individuais até o julgamento final da ação coletiva, bem como avaliem a possibilidade de instaurar inquéritos civis e coletar informações junto às Prefeituras a respeito da implementação do Piso em âmbito municipal.

Independente da decisão de mérito, a iniciativa procurou racionalizar e prevenir a multiplicação exponencial de ações individuais, que impactaria negativamente na celeridade e efetividade do sistema de justiça.

PARCERIA REALIZADA

Combate à Tortura

Em dezembro de 2011, diversos entes governamentais assinaram um Termo de Cooperação

Técnica contra a tortura que objetiva uma mudança de cultura, por meio de ações e trabalhos coordenados, para que a tortura seja combatida e condenada, valendo-se de ações preventivas que promovam a construção de uma cultura de paz.

O Termo é resultado do projeto de Ações Integradas de Prevenção à Tortura, que vem sendo implementado pelo Comitê Estadual Contra a Tortura (CECT-RS). O comitê é composto por órgãos do poder público e entidades que trabalham em prol da erradicação da tortura e cabe aos seus integrantes articular esforços e ações coordenadas para identificar, prevenir, controlar e encaminhar casos de tortura, quando necessário, às instituições responsáveis pelo amparo.

O projeto começou a ser construído em dezembro de 2010, quando aconteceu o primeiro colóquio "Conversando com os parceiros". O segundo encontro ocorreu no MPRS em abril de 2011 e reuniu representantes do Governo do Estado, órgãos de segurança, Judiciário, instituições públicas e privadas, além de entidades. Nesse encontro, foi feita a apresentação do plano que congrega objetivos e ações que podem ser implantadas para coibir esse tipo de crime no Rio Grande do Sul.



Consumidor



CONSUMIDOR

O combate ao superendividamento dos consumidores mediante adoção de medidas que visam a combater os abusos na concessão de crédito, em cláusulas contratuais ou uso de publicidade enganosa foi um dos projetos estratégicos trabalhados pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor em 2011. Em outra frente, o Ministério Público buscou a expansão do programa “Consumidor Consciente”, que oportuniza o debate com estudantes nas escolas sobre o consumo consciente e suas consequências sociológicas e ambientais.

Entre as ações realizadas, destaque para a instituição, pelo Governo do Estado, do Programa Estadual de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose Bovídea, baseado em projeto desenvolvido pelo MPRS e adotado no Vale do Alto Taquari, além de parcerias e atuações extrajudiciais. Também houve avanço nas tratativas para a implementação do Receituário Agrônomo Informatizado, ferramenta para rastreabilidade do uso de agrotóxicos.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Superendividamento

O Ministério Público, por intermédio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor, está desenvolvendo um projeto que contém a adoção de medidas que visam combater os abusos na concessão de crédito e em cláusulas contratuais, e controlar a publicidade enganosa ou abusiva. O projeto está associado ao objetivo estratégico “**Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor**”.

O objetivo do projeto é orientar a atuação das Promotorias de Justiça no sentido de realizar um acompanhamento mais intenso da questão do superendividamento dos consumidores, seja pela celebração de Termos de Ajustamento de Conduta, ajuizamento de Ações Coletivas de Consumo ou pela adoção de outras medidas legais necessárias para prevenir ou reparar o dano.

Em 2011, foram realizadas reuniões preparatórias com a Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor da Capital

e houve a participação em audiência pública na Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores de Porto Alegre, abordando a temática. Além disso, houve a participação da instituição no Fórum Latino-Americano de Defesa do Consumidor para avaliação de deliberações acerca do “Endividamento das Famílias no RS, seus reflexos e alternativas para minimizar o problema”.

Consumidor Consciente

Dando continuidade ao projeto iniciado no ano anterior, o Ministério Público, em 2011, através dos Centros de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor e da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, trabalhou na busca da expansão do projeto “Consumidor Consciente”, a fim de que novas escolas sejam contempladas com a experiência de trabalhar a temática do consumo consciente com seus alunos.

Planeja-se, também, sensibilizar a Secretaria Estadual da Educação e as secretarias municipais para incluir ações educativas sobre o consumo consciente e sustentável no ensino fundamental das escolas, promovendo no ambiente escolar a discussão sobre o assunto e suas consequências sociológicas e ambientais.

Em outubro, mês em que se comemora o Dia das Crianças, foi realizado encontro com alunos da Escola de Educação Básica Apeles Porto Alegre, ocasião em que estudantes do 5º ano do ensino fundamental tiveram a oportunidade de exibir peças mostrando a importância do consumo consciente e de valores como a preocupação com o meio ambiente e o consumo de alimentos saudáveis. Na oportunidade, também foram premiadas as melhores redações e histórias em quadrinhos elaboradas em sala de aula a partir da leitura de uma cartilha didática previamente distribuída pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul.

AÇÕES REALIZADAS

Agrotóxico: Rastreabilidade e Informação

Importante iniciativa foi tomada no mês de dezembro de 2011 com a realização de reunião no Ministério Público com representantes da Secretaria Estadual da Agricultura, Secretaria de

Desenvolvimento Rural e demais representantes dos órgãos relacionados aos temas. O objetivo do encontro foi a integração dos diversos órgãos e instituições para promover a união de esforços na busca de soluções para a questão do uso regular dos agrotóxicos no Estado. Na oportunidade, foram discutidas propostas para a implementação do Receituário Agrônomo Informatizado, ferramenta para rastreabilidade do uso de agrotóxicos. Também foi apresentado o Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos, desenvolvido no Estado do Paraná com o objetivo de rastrear o uso de agrotóxicos em produtos, podendo fiscalizar as atividades e racionalizar o uso dessas substâncias.

A iniciativa faz parte de um rol de atividades que engloba o escopo do projeto “Agrotóxicos” que está sendo desenvolvido pelo Ministério Público, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor, e deverá avançar em 2012. O projeto almeja, entre outros objetivos, orientar a atuação das Promotorias de Justiça de forma a assegurar a informação adequada e segura sobre a origem dos alimentos e a implementação do Receituário Agrônomo Informatizado.

Programa do Ministério Público é Modelo para Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovídea

Em dezembro de 2011, foi lançado o Programa Estadual de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose Bovídea. O programa foi inspirado em projeto desenvolvido no MPRS. Na ocasião do lançamento, o Protocolo de Estabelecimento de Atuação Integrada no Programa foi assinado pelo Ministério Público, Ministério da Agricultura, Ocergs e Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs).

A meta do Governo do Estado é certificar, em oito anos, todas as propriedades rurais criadoras de bovinos de leite e de corte. O modelo estadual a ser perseguido é o adotado no Vale do Alto Taquari, que mobilizou praticamente todos os atores do processo produtivo de seis municípios da região no combate às zoonoses e que apresenta resultados positivos após dois anos de efetivação.

Segundo o Governador do Estado, o combate à brucelose e à tuberculose animal é uma questão universal, pois diz respeito aos pequenos, médios e grandes pecuaristas. “Elevaremos a qualidade da base produtiva do Rio Grande, que se tornará o primeiro

estado do País a atingir este patamar sanitário”, acrescentou Tarso.

ATUAÇÕES DE DESTAQUE

Atuação Extrajudicial Possibilita Doação de 1.500 Peças de Roupa para Instituições

Por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor da Capital e as Lojas Renner, foram doadas, em setembro de 2011, 1.500 peças novas de roupa ao Asilo Padre Cacique e à Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados (Spaan), em Porto Alegre. O asilo, que funciona há 113 anos, abriga hoje 150 pessoas, acima de 65 anos, que não têm família, que recebem tratamento de saúde e o apoio de assistentes sociais. A Spaan existe desde 1931 e abriga idosos que ainda têm vínculo com a família. Pelo ajustamento celebrado, a compromissária também se obriga a não mais efetuar a cobrança de tarifa de emissão de boleto quando o pagamento ocorrer pela Internet.

Entrega de Veículos ao Conselho Tutelar

A Promotoria de Justiça de **Alegrete**, através da Promotoria Especializada, entregou, em novembro de 2011, para utilização do Conselho Tutelar e entidade de acolhimento municipal, dois veículos novos, frutos de execução de multa em Termo de Ajustamento de Conduta firmado no âmbito do direito do consumidor.

Os veículos vêm a completar várias ações do Ministério Público durante o ano que visaram a qualificar a estruturação material das entidades.



Solenidade de entrega dos veículos



Hipermercado BIG - Coibir Divergência de Preços na Gôndola e nos Caixas

Ação Civil Pública que tramita na 2ª Vara Cível de Santa Maria contra a empresa Hipermercado BIG, filial da WMS Supermercados do Brasil, originou-se de representação de consumidores na Promotoria de Justiça. Efetuadas diligências conjuntas dos Secretários de Diligência e do Procon, foram verificados vários produtos com preços diferentes do ofertado na gôndola do estabelecimento quando passados no caixa – sempre em desfavor do consumidor. Diante disso, requereu-se a condenação da empresa a abster-se da prática abusiva e a indenizar os danos materiais e morais, coletivos e individuais, e ainda, a cominação de multa de R\$ 10 mil para cada episódio em que oferecido produto com divergência de valor, montante a ser recolhido para o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor. Ainda tramitam inquéritos civis que investigam fatos semelhantes contra os supermercados Carrefour e Peruzzo.

CORSAN - Descumprimento Contratual

Foi ajuizada Ação Civil Pública contra a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) pelo descumprimento das cláusulas do contrato firmado com o Município de Santa Maria no que tange à ampliação da rede de água potável, manutenção da rede, atendimento aos consumidores, entre outras. Como resultado, a CORSAN foi condenada ao cumprimento das cláusulas, sob pena de multa de R\$ 40 mil e indenização de danos materiais e morais, individuais e coletivos aos consumidores. A ação veio complementar outra ação civil pública, ajuizada em 2010, que apontava o descumprimento contratual das obrigações de ampliação de rede de esgoto pela CORSAN.

NET Sul - Condenada por Práticas Abusivas

A Ação Coletiva de Consumo proposta pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor contra a NET Sul Comunicações LTDA., em virtude de diversas práticas abusivas na relação com seus consumidores, foi julgada procedente pela Justiça. Foram comprovadas a existência de vício de qualidade e negativa de desconto proporcional no preço de serviço não prestado, a prática comercial abusiva no lançamento de promoções sem a adoção

de medidas voltadas ao efetivo atendimento da demanda, a alteração unilateral dos contratos e a cobrança pela contratação dos programas e canais individuais “por ponto” na prestação dos serviços de televisão por assinatura. A sentença condenou a NET ao pagamento de dano moral coletivo no valor de R\$ 500 mil e ao pagamento dos danos morais e materiais sofridos pelas vítimas do evento, inclusive com repetição do indébito, na forma simples, cujos valores serão apurados em liquidação de sentença a ser requerida pelos consumidores.

Condenada Empresa que Comercializava Produtos Ortopédicos

A Ação Coletiva de Consumo ajuizada pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor contra a Fisiomed foi julgada procedente. A empresa, que comercializava produtos ortopédicos e fisioterápicos considerados ineficientes, foi condenada a pagar R\$ 100 mil por dano difuso. A decisão declarou a nulidade do contrato de aquisição desses produtos, suspensão dos descontos efetuados nos benefícios previdenciários dos consumidores, suspensão da comercialização desses equipamentos, devolução dos valores cobrados, proibição de sua comercialização até que registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além da proibição de publicidade. Foram ajuizadas 28 ações relacionadas à comercialização dos produtos da Fisiomed contra fabricantes, revendedores e também bancos, por terem financiado a compra desse material.

PARCERIA REALIZADA

Aditamento ao Convênio celebrado em 2008 entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Superintendência da Polícia Federal do RS, a Fundação de Ciência e Tecnologia, a Superintendência do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial no RS e a Refinaria Alberto Pasqualini S.A., prorrogou, por mais três anos, o prazo de vigência da atuação conjunta no combate e repressão à comercialização de combustíveis com vício de qualidade e/ou quantidade no Estado.



Meio Ambiente



MEIO AMBIENTE

Zelar pela preservação do ambiente natural é uma das atribuições do Ministério Público. Em 2011 a atuação nessa área ocorreu em diversas frentes, com ações de educação, fiscalização e indução de políticas públicas. O projeto RESSanear inclui essas três premissas e tem como objetivo auxiliar prefeituras a desenvolverem planos municipais de saneamento básico para adequação às Leis Nacionais de Saneamento e Resíduos Sólidos. Desenvolvido em conjunto pelos Centros de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Defesa do Consumidor e da Ordem Urbanística, o projeto terá continuidade em 2012, com oficinas de capacitação para agentes públicos municipais.

Em outra frente, mais de 20 municípios gaúchos integrantes do Consórcio Pró-Sinos aderiram, em 2011, ao “Pacto pelo Rio dos Sinos”, proposto pela instituição aos municípios da Bacia do Rio dos Sinos para evitar novas mortandades de peixes. Mais de 200 vistorias foram realizadas com a intenção de flagrar e coibir atividades poluidoras. Termos de Ajustamento de Conduta firmados com degradadores renderam, além do reparo dos danos à natureza, equipamentos para a Polícia Civil e Brigada Militar.

Também fruto da ação do Ministério Público nessa área, o monitoramento ganhou novo desenho no final de 2011 com a criação da “Fiscalização Ambiental Integrada - FAI”, que pretende envolver todos os órgãos que trabalham na preservação do meio ambiente.

PROJETO ESTRATÉGICO

Projeto Integrado de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos - RESSanear

Os dados do Censo 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam que o saneamento básico é a maior carência do País na área de serviços públicos e infraestrutura: apenas 55,4% dos domicílios estão ligados à rede geral de esgoto. Outros 11,6% utilizam fossa séptica. Os demais 32,9% não têm saneamento básico. Atualmente, apenas 10% do total do esgoto produzido recebe algum tipo de tratamento, enquanto os outros 90% são despejados “in natura” nos solos,

rios, córregos e nascentes, constituindo-se na maior fonte de degradação do meio ambiente e proliferação de doenças.

O Projeto RESSanear tem por finalidade fomentar e auxiliar todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul a elaborarem os seus planos de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos até dezembro de 2012, compreendendo quatro temas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. O projeto vincula-se, portanto, a três objetivos do Mapa Estratégico do MPRS: “Garantir a proteção dos recursos hídricos”; “Zelar pela adequada gestão urbana” e “Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor”.

Os municípios de São Leopoldo, Dois Irmãos, Cachoeirinha, Campo Bom e Estância Velha foram indicados para implantação de projeto piloto e firmaram Termos de Cooperação com o Ministério Público visando à colaboração recíproca no que diz respeito à elaboração dos planos de resíduos sólidos, saneamento básico, redução de embalagens e logística reversa, respectivamente, até dezembro de 2012.

Também dentro do escopo do projeto, no mês de setembro, foi promovido pelo MPRS o Seminário “Projeto RESSANEAR - Saneamento e Resíduos Sólidos em Pauta”, com a participação do presidente da Federação de Associações de Municípios do RS (FAMURS), prefeitos, secretários municipais do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Procuradoria do Município de Porto Alegre e diversas autoridades com amplo conhecimento na matéria. O evento permitiu uma reflexão e a busca de soluções para incentivar iniciativas e fomentar ações para a realização de projetos que atendam às expectativas e aos direitos da sociedade.

A partir de janeiro de 2012, começarão a ser promovidas pelo Ministério Público oficinas de capacitação para os municípios gaúchos elaborarem seus Planos Integrados de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos. O objetivo do trabalho é detalhar os aspectos técnicos necessários para a elaboração dos respectivos planos, desde a criação do comitê executivo até a aprovação junto ao Poder Legislativo, em atendimento ao que dispõem a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Lei nº 11.445/2007 (que estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico).

AÇÕES REALIZADAS

Pacto pelo Rio dos Sinos

Em 2011, mais de vinte municípios gaúchos integrantes do Consórcio Pró-Sinos formalizaram a adesão ao “Pacto pelo Rio dos Sinos”, proposto pelo MPRS. Foi instaurado um inquérito civil regional para apurar o problema da poluição e do despejo de resíduos que, em dezembro de 2010, mais uma vez causaram a morte de toneladas de peixes no rio dos Sinos.

A partir do “Pacto”, onze medidas para a preservação ambiental desse rio foram estabelecidas para os municípios e para as companhias de saneamento, das quais cinco haviam sido propostas pelo Ministério Público: fazer o monitoramento da água do rio em tempo real; formar uma força-tarefa de fiscalização industrial e agrícola; realizar auditorias ambientais; fiscalizar o correto tratamento e destinação do esgoto doméstico e elaborar os planos municipais de saneamento até dezembro de 2011.

Foi criada uma força-tarefa, integrada pela Delegacia do Meio Ambiente, Brigada Militar, Comando Ambiental da Brigada Militar e Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (Fepam). Foram realizadas mais de 200 vistorias em pontos de interesse. Ações feitas em empresas coureiro-calçadistas culminaram na regulamentação de todo o setor. Representantes vieram ao encontro do Ministério Público, sugerindo Termos de Compromisso para regularizar toda a atividade.

Resultados do Projeto Corredor Ecológico do Taquari

O projeto busca preservar os recursos hídricos por meio da recuperação de áreas de mata degradada nas margens do rio Taquari, sem inviabilizar a produção agrícola. Para isso, foi formada uma rede de cooperação que abrange 13 municípios banhados pelo Taquari, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Univates, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, outras entidades públicas e privadas e populações ribeirinhas. O Corredor Ecológico do Taquari começou a ser pensado em 2001, com origem nas Redes Ambientais, divisão regional estabelecida para atuação do Ministério Público na defesa do meio ambiente.

Mais de mil Termos de Ajustamento de Conduta foram firmados para recuperar 782 hectares de mata ciliar no propósito de preservar os recursos hídricos. Até agora, mais de 92 mil mudas de árvores, fornecidas pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (Defap), já foram plantadas. Com isso, aproximadamente 70% dessas áreas às margens do Taquari estão em fase de recuperação. A meta, agora, é fortalecer o projeto, ampliando o acesso da comunidade e de instituições a informações sobre a iniciativa.

Palestra: “Política Ambiental do MP: o que temos a ver com isso?”

A palestra “Política Ambiental do MP: o que temos a ver com isso?” ocorreu no mês de novembro com o objetivo conscientizar, informar e atualizar membros, servidores e estagiários a respeito da Política Ambiental Institucional, tendo em vista que a efetividade do programa depende do compartilhamento de responsabilidades. A atuação de cada um como elemento integrador e motivador é essencial para o sucesso da segregação interna dos resíduos sólidos gerados na instituição.

Força-Tarefa para “Fiscalização Ambiental Integrada (FAI)”

Uma força-tarefa, denominada “Fiscalização Ambiental Integrada (FAI)”, vinculada à Promotoria de Justiça de Defesa de Meio Ambiente de Porto Alegre, atuará de forma integrada com os demais órgãos e entidades públicas e privadas de proteção ambiental, mediante o fortalecimento da estrutura administrativa e física para suportar o incremento das demandas ambientais. Essa força-tarefa terá a responsabilidade de fiscalizar crimes ambientais cometidos em território gaúcho, através de frentes de vistoria em mananciais, florestas, áreas de preservação, bem como atividades potencialmente poluentes, esgotamento sanitário e disposição de resíduos sólidos.

O Promotor de Justiça com atribuição regionalizada deliberará sobre o interesse regional do tema ou fato a ser investigado, decidindo motivadamente pela atuação da FAI. Caso não conclua pelo interesse regional, remeterá a notícia ao órgão que possuir atribuição para apreciação.



ATUAÇÕES DE DESTAQUE

Em 2011, como forma de avaliar a atuação extrajudicial na área ambiental, o Ministério Público verificou na base de dados do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente a assinatura de 1.667 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e a destinação de R\$ 575.294,58 aos fundos ambientais como forma de indenizar por danos não recuperáveis.

Além da reparação dos danos ambientais causados, os TACs assinados pelo Ministério Público junto a infratores possibilitam melhorias na fiscalização e auxílio no combate aos crimes ambientais, trazendo benefícios à sociedade.

Em 2011, destacou-se a entrega de um Laboratório Móvel para a Delegacia Especializada de Defesa do Meio Ambiente (DEMA), fruto de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado junto a um frigorífico de Campo Bom. A tecnologia alemã do equipamento funciona por fotocolorimetria e possibilita a detecção de 117 variedades de poluentes químicos da água, seja de rios, arroios, açudes, banhados e até mesmo lençóis freáticos.

Já um crime ambiental que ocorreu há mais de dez anos teve um desfecho no ano de 2011. A empresa Menegaz Empreendimentos Imobiliários entregou à Delegacia Estadual do Meio Ambiente (DEMA) uma viatura já adesivada e com os utensílios necessários para o combate aos crimes contra a natureza. O veículo é um Renault Logan 2011, 0 Km, resultado de uma multa pelo não cumprimento de um TAC assinado com a Promotoria do Meio Ambiente de Porto Alegre.



Automóvel doado



Ordem Urbanística e Questões Fundiárias



ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

A atuação do Ministério Público priorizou, durante o ano de 2011, o incentivo à regularização fundiária e a necessidade de os municípios construírem ou revisarem seus Planos Diretores. Além disso, a viabilização da regularização dos loteamentos irregulares e o “congelamento” das ocupações no Município de Porto Alegre também foram temas bastante debatidos e impulsionados no período.

Também em 2011, os Promotores que atuam na área urbanística participaram das reuniões das Câmaras Temáticas de Mobilidade Urbana, de Meio Ambiente e Sustentabilidade, instituídas pela Prefeitura de Porto Alegre em parceria com o Governo do Estado. O objetivo é discutir com a sociedade civil organizada as ações que visam à preparação da cidade para receber a Copa de 2014, maior evento esportivo do mundo. Destaca-se, ainda, nessa área de atuação, o trabalho realizado pelos promotores para delimitação de áreas destinadas à pesca e ao surf no Litoral Norte do Estado.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Incentivo à Regularização Fundiária

Projeto associado ao objetivo estratégico “Zelar pela adequada gestão urbana”, visa fomentar a regularização fundiária nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul com a finalidade de impedir a proliferação de loteamentos e ocupações ilícitas. Em 2011, objetivando a sensibilização das administrações municipais, foi lançada a “Cartilha da Regularização Fundiária”, elaborada pelos parceiros do projeto e organizada pelo Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias do MPRS. O material foi encaminhado às prefeituras municipais e a todas às Promotorias de Justiça do Estado, bem como aos Procuradores de Justiça com atribuições em matéria urbanística, e tornou efetiva a divulgação, o debate e, acima de tudo, o estímulo ao interesse dos agentes públicos pela matéria. Da mesma forma, forneceu uma visão prática das medidas possíveis de serem adotadas de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A publicação teve o apoio do Colégio Registral do Rio Grande do Sul; do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do RS (CREA); da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado; da Escola Superior de Direito Municipal de Porto Alegre (ESDM); da Federação das Associações de Municípios do RS (Famurs); da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano do Estado do RS (SEHADUR) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

AÇÕES REALIZADAS

Seminário “O Plano Diretor e o Desenvolvimento Urbano: Uma Proposta em Construção”

Realizado em março de 2011 no Município de Torres, com o objetivo de sensibilizar a comunidade local quanto à necessidade de participar do processo de revisão do Plano Diretor do Município. O seminário tratou de temas como “O MP na defesa da ordem urbanística” e “Aspectos Técnicos do Plano Diretor”, ocasião em que se expôs a posição constitucional do Ministério Público, sua atuação na defesa dos interesses difusos e coletivos, entre eles a ordem urbanística. Outras questões abordadas foram os impedimentos ambientais e restrições legais, principalmente no ponto de vista de legislação ambiental e expansão urbana, as áreas de preservação permanente, unidades de conservação e impactos ambientais da expansão urbana desordenada, com destaque para a ocupação e a verticalização dos ambientes com a construção de prédios, além do impacto paisagístico.

Além dos membros do MPRS, estiveram presentes representantes da Câmara de Vereadores de Torres, do Judiciário, servidores municipais, estudantes e cidadãos do município.

COPA 2014 - Câmaras Temáticas do Comitê Organizador de Porto Alegre

O Ministério Público está representado nas Câmaras Temáticas do Comitê Organizador de Porto Alegre para a Copa de 2014.

Os grupos que formam as Câmaras Temáticas foram instituídos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em parceria com o Governo do Estado com o objetivo de discutir com a sociedade civil organizada

as ações que visam à preparação da cidade para receber o maior evento esportivo do mundo.

Em 2011, o MPRS, por intermédio do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, participou das reuniões das Câmaras Temáticas de Mobilidade Urbana, de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Uso da Orla para Pesca e Surf

A mediação feita pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul entre pescadores e surfistas sobre o uso da orla gaúcha resultou em um acordo sobre as definições finais da delimitação de áreas destinadas à pesca e ao surf no Litoral Norte do Estado. O acordo foi obtido após estudos desenvolvidos por um grupo de trabalho proposto pelo MPRS e prevê a readequação das demarcações do litoral e as formas de melhorar a sinalização na orla, a fim de impedir que surfistas sejam prejudicados pela colocação inadequada dos cabos de rede fixa na praia.

Por consenso entre pescadores, surfistas e municípios, as áreas foram remarcadas, obedecendo a uma lei estadual sancionada em janeiro de 2011, que aumentou para 2,1 quilômetros a área que deve ser destinada aos surfistas.

Uma força-tarefa composta pelo Ministério Público, Federação Gaúcha de Surf e Brigada Militar, com apoio dos municípios, percorreu durante o ano diversas praias do Litoral Norte com o objetivo de verificar se o acordo estava sendo cumprido.

Acessibilidade em edificações

A Promotoria de Justiça de **Santa Maria** recomendou aos municípios de Itaara, Silveira Martins, São Martinho da Serra e Santa Maria que tomem providências quanto às normas de acessibilidade em edificações.

Em maio, foi enviada às prefeituras citadas uma recomendação para que observem o acesso aos prédios públicos e privados de uso coletivo, sugerindo a elaboração de um cronograma de reformas com vistas a torná-los acessíveis às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Recomenda, também, que não seja aprovado, licenciado ou emitida certidão de conclusão de projeto arquitetônico ou urbanístico sem que seja observada a integridade das normas de acessibilidade.

Regularização de Loteamentos em Porto Alegre

Em 2011, o MPRS impulsionou a execução do Termo de Cooperação firmado com o Sindicato da Indústria da Construção Civil no RS (Sinduscon) e outros órgãos com o objetivo de viabilizar a regularização dos loteamentos irregulares e o “congelamento” das ocupações no Município de Porto Alegre.

Em decorrência das cláusulas do termo, ainda em 2010, o Município de Porto Alegre realizou a primeira etapa da avença, efetuando levantamento dos loteamentos irregulares da Capital.

Já em 2011, após reuniões organizadas pelo MPRS, o Sinduscon executou a segunda etapa do termo de cooperação, realizando o mapeamento de localização de todos os loteamentos irregulares relatados pelo Município. A partir desse trabalho, o Município de Porto Alegre elegerá as cinco áreas mais críticas de parcelamento irregular que terão prioridade na identificação específica, próxima etapa da execução do termo de cooperação firmado.

ATUAÇÕES DE DESTAQUE

Construções Irregulares

Firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de **Maquiné** para regularização do esgoto cloacal de todas as residências do município, com o levantamento das construções irregulares, respectiva notificação, exigência de regularização e fiscalização periódica.

Regularização de Sangas

Firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de **Cachoeira do Sul** para adoção de providências no sentido de eliminar os riscos decorrentes de curso d'água na zona urbana. O Município se comprometeu em promover cercamento, avisos de risco na área e efetuar as obras emergenciais de contenção e estabilização das margens da sanga, visando evitar a erosão já existente na região, bem como demais obras de engenharia que se fizerem necessárias, realizadas por profissional habilitado, geólogo ou engenheiro civil, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).



Duplicação da RS-734

Foi ajuizada Ação Civil Pública pela Promotoria de Justiça de **Rio Grande** contra o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER) para finalização da obra de duplicação da RS-734, iniciada em 20 de fevereiro de 2006. O contrato para execução da obra sofreu diversos aditamentos e as condições da estrada prejudicam o trânsito, a segurança e a economia local.

Vila Itapuã

Foi ajuizada ação de execução pela Promotoria de Justiça de Viamão para cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado com loteadores de área na Vila Itapuã que, além dos prejuízos urbanísticos decorrentes do parcelamento sem avaliação municipal, expuseram diversos compradores de lotes que ficaram impedidos de transmitir a propriedade do bem adquirido. Os loteadores se comprometeram perante o MPRS a promover a regularização da área, mas não cumpriram o acordado, dando ensejo a atuação ministerial em juízo.

Reassentamento de Famílias que Habitam Áreas Públicas

Foram ajuizadas Ações Cíveis Públicas pela Promotoria de Justiça de São Leopoldo contra o Município de São Leopoldo e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica visando à recuperação de bens de uso comum do povo e ao reassentamento de famílias que habitam áreas públicas localizadas sob a rede de alta tensão. O MPRS requereu a condenação dos réus, colocação de cinco placas informativas e fiscalização dos locais para evitar novas ocupações, assim como o levantamento planimétrico para apuração do número de moradores e sua respectiva notificação quanto ao risco existente na área.

PARCERIA REALIZADA

Regularização Fundiária Sustentável para população de baixa renda - HIDI

Em abril de 2011, foi renovado o Termo de Cooperação celebrado com a Associação de Desenvolvimento e Integração Humana (HIDI), tendo por objetivo viabilizar projetos, programas e soluções de **acesso à moradia digna e à regularização fundiária sustentável**, com a integração socioeconômica e ambiental da população de baixa renda.

Outros Dados Referentes à Atuação Funcional

OUTROS DADOS REFERENTES À ATUAÇÃO FUNCIONAL*

ÓRGÃO AGENTE
DEFESA COMUNITÁRIA - CIDADANIA

1. ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

INQUÉRITOS CIVIS/PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS INSTAURADOS	16.650
Improbidade administrativa de patrimônio público	1.600
Meio ambiente e urbanismo	6.741
Saúde	730
Consumidor	1.110
Educação	201
Portador de necessidades especiais	321
Idoso	2.472
Outros	3.870
INQUÉRITOS CIVIS/PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS ARQUIVADOS	8.762
Sem ajustamento de conduta	7.186
Improbidade administrativa de patrimônio público	964
Meio ambiente e urbanismo	1.597
Saúde	424
Consumidor	509
Educação	48
Portador de necessidades especiais	206
Idoso	1.481
Outros	2.231
Com ajustamento de conduta	1.528
Improbidade administrativa de patrimônio público	29
Meio ambiente e urbanismo	1.330
Saúde	21
Consumidor	140
Educação	0
Portador de necessidades especiais	11
Idoso	58
Outros	29
Passam para o período seguinte no prazo	15.134
Passam para o período seguinte fora do prazo	4.233

OUTROS DADOS

Pessoas Atendidas na Promotoria	27.666
Notícias/representações/reclamações recebidas	50.277
Indeferimentos de instauração	1.239
Manifestações diversas	466.144
Audiências realizadas	21.177



Vistorias realizadas pelo Promotor de Justiça	600
Participação em reuniões e eventos	1.936
Audiências públicas/reuniões realizadas	1.062
Total de compromissos de ajustamento firmados no mês/período	5.019
Recomendações expedidas no mês/período	662

2. ATUAÇÃO JUDICIAL

AÇÃO CIVIL AJUIZADA	3.881
Improbidade administrativa de patrimônio público	317
Meio ambiente e urbanismo	1.099
Saúde	678
Consumidor	150
Educação	11
Portador de necessidades especiais	105
Idoso	844
Outros	1.025

OUTROS DADOS

Réplicas	1.359
Memoriais/debates	250
Razões e contrarrazões	1.200
Acordos homologados em juízo	93
Audiências judiciais assistidas	11.703
Audiências judiciais não assistidas	5.028
Outras manifestações	26.246

ÓRGÃO INTERVENIENTE

PROCESSOS CÍVEIS RECEBIDOS NO PERÍODO	586.005
Improbidade administrativa de patrimônio público	1.018
Meio ambiente e urbanismo	4.686
Saúde	9.795
Consumidor	703
Educação	12
Portador de necessidades especiais	105
Idoso	1.004
Família e Sucessões	199.875
Fazenda Pública	221.911
Registros Públicos	13.585
Falência e recuperação de empresas	12.223
Outros	131.534
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES NO PERÍODO	407.759

Outros Dados Referentes à Atuação Funcional

Improbidade administrativa de patrimônio público	894
Meio ambiente e urbanismo	4.068
Saúde	8.557
Consumidor	811
Educação	12
Portador de necessidades especiais	95
Idoso	862
Família e sucessões – Promoções	99.603
Família e sucessões – Pareceres	47.990
Família e sucessões - Outras Hipóteses	6.887
Fazenda pública – Promoções	62.005
Fazenda pública – Pareceres	68.142
Fazenda pública - Outras Hipóteses	2.343
Registros públicos – Promoções	5.062
Registros públicos – Pareceres	5.949
Registros públicos - Outras Hipóteses	1.456
Falência e recuperação de empresas: promoções em falências/recuperação judicial	6.785
Falência e recuperação de empresas: Pareceres em falências/recuperação judicial	2.319
Falência e recuperação de empresas: Outras Hipóteses	1.108
Outros: Promoções	53.164
Outros: Pareceres	34.989
Outros: Outras Hipóteses	7.018
Declinações de intervenção no período	74.129
Passam para o mês/período seguinte no prazo	1.807
Passam para o mês/período seguinte fora do prazo	555

JULGAMENTOS

PROCEDÊNCIA CONFORME PEDIDO/PARECER DO MP DE 1º GRAU	6.922
Improbidade administrativa de patrimônio público	22
Meio ambiente e urbanismo	48
Saúde	669
Consumidor	6
Educação	8
Portador de necessidades especiais	45
Idoso	63
Família e sucessões	4.788
Fazenda pública	2.531
Registros públicos	1.449
Falência e recuperação de empresas	192
Outros	3.624
IMPROCEDÊNCIA CONTRÁRIA AO PEDIDO/PARECER DO MP DE 1º GRAU	945
Improbidade administrativa e patrimônio público	13



Meio ambiente e urbanismo	1
Saúde	45
Consumidor	6
Educação	1
Portador de necessidades especiais	3
Idoso	1
Família e sucessões	299
Fazenda pública	548
Registros públicos	53
Falência e recuperação de empresas	5
Outros	226

FUNDAÇÕES

Fundações em Funcionamento	360
Pareceres prévios em aprovação de contas de fundações	55
Outras Hipóteses	161

DADOS GERAIS

Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça	26.857
Audiências assistidas	43.522
Audiências não assistidas	16.000
Inspeções/vistorias/leilões assistidos (família, fundações e falências)	222
Ações ajuizadas pelo Ministério Público	598
Acordos firmados na Promotoria de Justiça	327
Recursos interpostos pelo Ministério Público	1.068
Manifestação em recursos das partes	14.564
Assistência a rescisões de contrato de trabalho	9.650
Número de processos em carga no final do mês/período, fora do prazo	638

ELEITORAL

1. INQUÉRITOS POLICIAIS/ NOTÍCIAS CRIMINAIS/TCS/PICS

Vindos do período anterior (total)	117
Recebidos/instaurados no período	847
Baixados à origem para realização de diligências	135
Arquivados	140
Transações penais efetivadas	17
Denúncias oferecidas	140
Manifestações diversas	686
Devolvidos sem manifestação	51
Passam para o período seguinte no prazo	103
Passam para o período seguinte fora do prazo	7

Outros Dados Referentes à Atuação Funcional

2. PROCESSOS NO PRIMEIRO GRAU

Recebidos no período	8.702
Manifestações diversas em feitos criminais	858
Suspensões condicionais do processo efetivadas	34
Ações/representações/medidas ajuizadas	96
Pareceres/intervenções diversas	6.710
Razões recursais	34
Contrarrazões/pareceres em recurso	95
Outras hipóteses de intervenção	88
Passam para o período seguinte no prazo	7
Passam para o período seguinte fora do prazo	13

3. DADOS GERAIS

Pessoas atendidas na Promotoria	6.079
Audiências assistidas	13.629
Audiências não assistidas	2.326
Participações em reuniões/palestras/encontros/entrevistas	1.293

* Os dados, que a exemplo do que ocorre nos feitos criminais, são informados na forma total bem como em valores parciais por matéria, podem apresentar disparidades, tendo em vista que um único expediente pode tratar de dois ou mais crimes.

ATUAÇÃO NO SEGUNDO GRAU

1. Procuradoria de Justiça Cível

Em 2011 a Procuradoria de Justiça Cível apresentou a seguinte movimentação processual:
Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Cível

Ano	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Período	Devolvidos com Parecer	Saldo Final	Sessões
2007	5.159	80.316	77.056	2.037	1.045
2008	2.037	75.166	71.841	1.793	878
2009	1.793	97.515	92.465	2.681	813
2010	2.681	116.051	108.208	2.661*	778
2011	2.661	100.264	94.137	2.549	678

*Retificação do dado informado no Relatório de 2010.

2. Procuradoria de Justiça Criminal

Em 2011 a Procuradoria de Justiça Criminal apresentou a movimentação processual descrita a seguir:
Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Criminal

Ano	Saldo Ano Anterior		Devolvidos com Parecer	Saldo Final	Sessões
2007	1.778	35.793	35.552	482	428
2008	482	33.307	32.550	539	341
2009	539	35.382	34.654	722	306
2010	722	40.864	40.443	543*	311
2011	543	41.160	39.968	1.048	281

*Retificação do dado informado no Relatório de 2010.



3. Procuradoria de Prefeitos

No período de janeiro a dezembro de 2011, na área criminal, a Procuradoria de Prefeitos desenvolveu as seguintes atividades:

	Descrição	Total
I	Denúncias oferecidas perante a 4.ª CC – TJE	58
	Aditamentos à Denúncia	0
	Arquivamentos – TJE	157
	Pareceres remetendo feitos à Justiça Federal	8
	Pareceres em Queixa-Crime	2
	Pedido de audiências preliminares	17
	Quebra Sigilo Telefônico/Bancário/Fiscal/Busca e Apreensão	3
II	Manifestações sobre respostas escritas	51
	Pedidos de diligências e apresentação de quesitos – Art.10	28
	Alegações finais	16
	Pareceres com remessa de processos às Comarcas	4
	Pedidos de Extinção de Punibilidade	6
	Pedido de Prisão Preventiva	1
	Pareceres diversos	74
III	Recursos - Especial/Extraordinário	1
	Embargos de Declaração	2
IV	Intimações	103
	Movimentações de expedientes e Processo Judiciais	513
V	Feitos novos (Inquéritos Policiais, QC e TCs)	76
VI	Expedientes Investigatórios que ingressaram até 31/12/2011	289
VII	Condenações	6
	Absoluções	2
	Absoluções a pedido do Ministério Público	2
	Denúncias recebidas/aditamentos	44
	Denúncias não recebidas/aditamentos	3
	Arquivamentos	177
	Queixa-Crime recebida	1
	Queixa-Crime rejeitada	1
	Suspensão do processo c/art.89 da Lei n. 9099/95	4
	Transação penal – Lei n. 9099/95	8
	Remessa aos Tribunais Federais	5
	Recursos	4
	Extinção da Punibilidade	1
VIII	Audiências de instrução no interior – Criminal	45
	Audiências de instrução em POA – Criminal	60
IX	Sessões de Julgamento – Quarta Câmara Criminal	31
	Número de processos julgados e arquivamentos homologados	264
X	Ações penais em andamento na 4ª Câmara Criminal – TJE - 31/12/2011	165

Outros Dados Referentes à Atuação Funcional

4. Procuradoria de Fundações

No período de janeiro a dezembro de 2011, a Procuradoria de Fundações desenvolveu as seguintes atividades:

Descrição	Total
Expedientes administrativos instaurados (SPU)	825
Pareceres (Jurídicos e Contábeis)	470
Portarias (expedidas e assinadas pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, relativas à prestação de contas, alterações estatutárias, aprovações de estatuto e extinção de Fundações)	264
Portarias publicadas no Diário do MP ref. alteração de estatuto, aprovação e extinção	10
Atas (verificação da regularidade de eleições, alienações, empréstimos, comodatos e outros)	114
Autorizações expedidas (alienações de bens imóveis, comodatos, empréstimos sob garantia real)	06
Atestados de Pleno e Regular Funcionamento	48
Ofícios expedidos	1.271
Ofícios circulares expedidos	03
Fundações instituídas	01
Pedidos de instituição indeferidos	04
Fundações Extintas	02
Auditoria em Fundações – Curadoria de Fundações – Comarca de Porto Alegre	01
Auditoria em Fundações – Procuradoria de Fundações	0
Fundações privadas cadastradas	360
Capital	141
Interior	219
Dados referentes às Prestações de Contas no Sistema Informatizado - SICAP	
Fundações que enviaram a prestação de contas 31/12/2011	250
Fundações que não enviaram a prestação de contas 31/12/2011*	110
Relatórios de Inspeções (Curadoria de Fundações – Comarca Porto Alegre)	50
Visitas/participações em atividades das Fundações pela Procuradoria de Fundações	05
Reuniões realizadas na Procuradoria de Fundações	90

*Das 110 Fundações que não remeteram a prestação de contas até 31/12/2011, 40 delas estão em fase de extinção junto à Procuradoria e/ou Curadoria de Fundações.

5. Procuradoria de Recursos

A Procuradoria de Recursos, no ano de 2011, apresentou a seguinte movimentação processual:
Movimentação Processual da Procuradoria de Recursos

Processos recebidos (*1)	8.411
Medidas judiciais protocoladas	7.146
Processos com inviabilidade recursal	692
Processos com outras providências (*2)	1.953

(*1) Um processo pode gerar mais de uma medida judicial protocolizada - ex: Resp + Re + medida cautelar; resp + petição, etc...

(*2) Intimações, Manifestações pela Não Intervenção e Finalizações Manuais

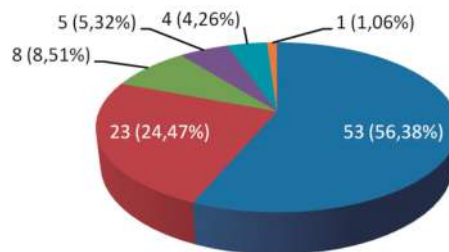


Tipo de Recursos Interpostos

Tipo de Recurso	Crime	Cível	Total
Agravo	2	0	2
Agravo de Instrumento	558	88	646
Agravo de Instrumento em Rec. Esp	1	0	1
Agravo em Rec. Esp/Extra	1	0	1
Agravo Interno	8	72	80
Agravo Regimental	83	7	90
Contrarrazão em Agravo de Instrumento	936	311	1.247
Contrarrazão em Agravo de Instr.ECA – Ato Infr.	0	13	13
Contrarrazão em Agravo de Instr.ECA – Outros.	0	12	12
Contrarrazão em Rec. Esp/Extra.	1.220	0	1.220
Contrarrazão em Rec. Esp/Extra. ECA	0	96	96
Contrarrazão em Rec. Esp/Extra. MP PARTE	0	394	394
Contrarrazão em Rec. Ordinário em HC	16	0	16
Contrarrazão em Rec. Ordinário em MS	6	0	6
Embargos de Declaração	584	81	665
Embargos Infringentes	6	9	15
Habeas Corpus	1	0	1
Mandado de Segurança	0	1	1
Medida Cautelar	48	7	55
Pedido de Reconsideração	0	2	2
Petição Cível	0	61	61
Petição Crime	265	0	265
Promoção de Praxe	1	0	1
Ratificação de Recurso	13	4	17
Reclamação STJ/STF	33	11	44
Recurso Especial	1.394	113	1.507
Recurso Extraordinário	651	33	684
Recurso Ordinário em Mandado Segurança	3	0	3
Suspensão de Segurança	0	1	1

AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE

Em 2011, o Procurador-Geral de Justiça propôs 94 Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado. Dessas, 23 foram julgadas procedentes; 04 parcialmente procedentes; 01 improcedente, 05 extintas sem julgamento do mérito, 08 arquivadas e 53 pendem de julgamento.



Outros Dados Referentes à Atuação Funcional

Outras informações da atuação no segundo grau:

Tipo De Processo	Saldo Anterior	Recebidos no Período	Devolvidos	Saldo Final
Inconstitucionalidade	45	659	645	59
Recurso Ordinário em Habeas Corpus	0	2	2	0
Diversos	13	104	95	22
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	0	25	25	0
Representação para Fins de Intervenção do Estado em Município	2	10	12	0
Mandado de Segurança	1	77	77	1
Precatório	0	24	23	1
Administrativos	0	6	5	1
Conflito de Competência	8	248	251	5
Adm. Especial	0	1	1	0
Conflito de Atribuições	1	26	26	1
Inquérito Policial Arquivamento não Homologado	9	100	105	4
Inquérito Policial Foro Privilegiado	7	84	79	12
Total	86	1.366	1.346	106



Gestão Administrativa

GESTÃO ADMINISTRATIVA

A atuação administrativa do Ministério Público reflete as atividades de gestão orçamentária e financeira, gestão de pessoal, gestão dos processos de trabalho e infraestrutura institucional. Essas atividades são imprescindíveis para que sejam disponibilizados os meios necessários para a realização das atividades finalísticas da Instituição, bem como para a utilização dos recursos públicos com a mais plena eficiência. Além disso, a atuação administrativa empreende esforços em projetos e ações, em especial na perspectiva “Pessoas e Tecnologia”, que auxiliam no alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do Ministério Público.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Objetivo Estratégico: “Assegurar os Recursos Orçamentários Necessários e Qualificar sua Gestão”

O Ministério Público assegurou, para o exercício de 2011, um orçamento de R\$ 628.351.751,99 (seiscentos e vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e nove centavos), sendo que o orçamento do Estado, previsto na Lei n.º 13.574/2010, foi de R\$ 35.253.084.213,00 (trinta e cinco bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, oitenta e quatro mil, duzentos e treze reais). Segue, abaixo o quadro evolutivo dos últimos cinco anos:

Ano	Estado do Rio Grande do Sul		Ministério Público	
	Orçamento Aprovado	Receita Corrente Líquida	Orçamento Aprovado	Orçamento Executado
2007	20.678.084.920,00	13.991.366.037,10	509.570.195,00	496.000.207,09
2008	21.295.775.610,00	16.657.785.043,53	509.000.000,00	508.086.128,38
2009	28.611.343.923,00	17.387.287.460,48	534.520.000,00	541.508.997,51
2010	32.931.434.032,00	20.297.846.621,21	565.090.680,00	583.767.466,03
2011	35.253.084.213,00	21.927.904.938,78	597.914.546,00	628.351.751,99

Fontes: Orçamento e Balanço Geral do Estado de 2007 a 2011.

Receita Corrente Líquida x Orçamento Executado no Ministério Público

O quadro abaixo demonstra o comparativo entre a evolução da Receita Corrente Líquida do Estado com o volume de recursos disponibilizado ao Ministério Público nos últimos cinco anos.

Ano	Estado do Rio Grande do Sul		Ministério Público	
	Receita Corrente Líquida	% Crescimento	Orçamento Executado*	% Crescimento
2007	13.991.366.037,10	-	496.000.207,09	-
2008	16.657.785.043,53	19,06	508.086.128,38	2,44
2009	17.387.287.460,48	24,27	541.643.552,48	9,20
2010	20.297.846.621,21	45,07	589.397.331,15	18,83
2011	21.927.904.938,78	56,72	628.542.385,77	26,72

*Valores contemplam recursos livres e vinculados.

Observa-se que, no período, o crescimento da Receita Corrente Líquida do Estado foi de 56,72%, enquanto o Orçamento Executado pelo Ministério Público evoluiu apenas 26,72%.

A partir do exercício de 2007, com a adesão do Ministério Público ao esforço coletivo de todos os Poderes e Órgãos, empreendido no sentido de atingir o equilíbrio das contas públicas no Estado do Rio Grande do Sul e, ainda, com utilização da Lei de Diretrizes Orçamentárias como instrumento de limitação na distribuição do volume orçamentário entre os Poderes e Órgãos, definindo percentuais fixos de crescimento para cada exercício, a instituição



enfrentou severa redução na sua capacidade de investir, e mesmo custear, a infraestrutura necessária à manutenção da qualidade na prestação dos serviços que constitucionalmente são de sua competência.

Uma vez retomada a estabilidade fiscal nas contas públicas, o Ministério Público tem empreendido esforços na recuperação de um crescimento do volume de seus recursos orçamentários, a fim de torná-lo compatível com o atual crescimento da Receita Corrente Líquida e que venha a atender as

demandas reprimidas pelas perdas havidas nesse esforço efetuado de forma responsável e já exitosa.

Orçamento de 2011 por Grupo de Despesa: Aprovado x Executado

O quadro abaixo demonstra os montantes do Orçamento Aprovado e do Orçamento Executado, no âmbito do Ministério Público, em 2011, por grupo de despesas.

Demonstrativo Orçamento	Pessoal e Encargos sociais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Aprovado	522.564.821,00	53.509.225,00	21.840.500,00	597.914.546,00
Executado	552.720.805,67	63.819.322,86	11.811.623,46	628.351.751,99

A despesa orçamentária executada no ano de 2011 foi de R\$ 628.351.751,99 (seiscentos e vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e nove centavos), considerando-se tão somente os recursos livres, representando 105,09% do orçamento aprovado para o exercício, tendo em vista suplementação obtida junto ao Poder Executivo. Do total executado, 10,16% foram destinados a despesas de custeio, 1,88% a despesas de capital e 87,96% a despesas de pessoal.

Verifica-se, dessa forma, o atendimento do índice de execução orçamentária vinculado ao objetivo do Mapa Estratégico do MPRS ligado à Gestão Orçamentária. Demonstra o esforço empregado pela Instituição no sentido de garantir os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Em relação aos R\$ 552.720.805,67 (quinhentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e vinte mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e sete

centavos) destinados a Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, cumpre referir que o respectivo montante enquadra-se nos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, bem como cabe destacar que o percentual de 87,96%, em relação ao total do executado, justifica-se plenamente tendo em vista a natureza das atividades da Instituição, as quais caracterizam-se essencialmente como prestação de serviços públicos.

Despesas de Custeio

No que diz respeito aos R\$ 63.819.322,86 (sessenta e três milhões, oitocentos e dezenove mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos) destinados a Outras Despesas Correntes, cabe destacar que os valores mais expressivos referem-se às despesas com a prestação de serviços por terceiros (luz, água, telefonia, processamento de dados, conservação de bens móveis, etc.) e a locação de mão-de-obra (vigilância e segurança, limpeza e higiene, etc.), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Outras Despesas Correntes – Custeio	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	18.965.412,16
Locação de Mão-de-Obra	14.111.426,01
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	11.098.591,42
Auxílio-Alimentação	5.801.908,96
Material de Consumo	3.871.906,97
Despesas de Exercícios Anteriores	212.911,53
Auxílio-Transporte	2.104.876,83
Diárias	2.099.078,35

Gestão Administrativa

Outros Benefícios Assistenciais	2.092.349,79
Indenizações e Restituições	1.568.035,93
Outras despesas	1.892.824,91
TOTAL	63.819.322,86

Salienta-se que o montante aplicado foi adequado ao perfil de distribuição de recursos no Ministério Público, considerando-se os grupos de despesa, bem como está ajustado em relação às necessidades de manutenção da infraestrutura e das demais despesas de custeio da instituição no exercício a que se refere.

Despesas com Investimentos e Inversões

Em relação aos R\$ 11.811.623,46 (onze milhões, oitocentos e onze mil, seiscentos e vinte e três reais e quarenta e seis centavos) destinados a Despesas de Capital, cabe destacar que os valores mais expressivos foram as aquisições de equipamentos de informática e os investimentos empregados em obras, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Despesas de Capital – Investimentos e Inversões	
Veículos	460.032,00
Mobiliário em Geral	290.401,44
Equipamentos de Informática (Microcomputadores, Notebook e Estação de trabalho - R\$ 1.488.563,00)	2.500.242,97
Armamento, Segurança e Proteção	744.383,50
Obras (Aquisição de Imóveis- Construção/Ampliação/Reforma/Manutenção)	7.307.974,25
Diversos (Patrimônio/Engenharia/Telefonia/Biblioteca/CEAF)	508.589,30
TOTAL	11.811.623,46

Importante destacar que o Ministério Público tem adquirido equipamentos de informática, computadores, impressoras, notes, Workstations e servidores de rede, sempre no intuito de qualificar ainda mais o controle e a informação, dando uma resposta rápida às demandas que lhes são encaminhadas quer dos outros Poderes ou dos demais segmentos da sociedade gaúcha.

Outra grande preocupação da instituição foi com as instalações físicas das Promotorias muitas das quais foram reformadas, recuperadas e outras construídas, para dar maior conforto e proporcionar um ambiente mais funcional não só para os seus membros e servidores mas, principalmente, para o cidadão que busca em nossas diversas áreas, um amparo para as suas dificuldades e para o auxílio na resolução dos seus problemas.

Aquisição de Bens e Serviços

Com a adequada aplicação dos recursos orçamentários disponibilizados, o ano de 2011 refletiu os anos anteriores, auferindo-se economia diante dos procedimentos licitatórios, em especial pelos instrumentos introduzidos no sistema licitatório estadual pelas Leis Estaduais n.º 13.179/2009 (cotação eletrônica de preços, que é a dispensa de licitação em razão do valor, realizada com disputa) e n.º 13.191/2009 (pregão eletrônico como modalidade de licitação preferencial).

O pregão eletrônico registrou a média de 20,74% de economia¹. Em determinados procedimentos, o percentual economizado superou

Nota: Todas as referências à economia obtida levam em consideração o valor reservado para a compra/contratação (chamado de valor "estimado") e o efetivamente pago pelo bem/serviço (valor "efetivo").



marca de 50%. Pode-se exemplificar com os seguintes casos: 71,49% (manutenção preventiva e corretiva de elevadores da Promotora de Justiça de Viamão); 64,67% (suporte técnico para softwares Microsoft); 63,16% (registro de preços para serviço de internet sem fio); 61,53% (manutenção e assistência técnica para impressoras Xerox); 57,47% (manutenção de centrais telefônicas).

As cotações eletrônicas de preço também registraram índices altos de economia, perfazendo, em média, o valor percentual de 24,33%. Merece referência a diminuição de Cotações Eletrônicas Desertas e/ou Fracassadas. Deve-se atribuir esse significativo avanço ao treinamento² proporcionado pela Administração às áreas técnicas. As mencionadas áreas foram capacitadas para elaborar o termo de referência, documento que embasa os procedimentos, bem como em elaboração de pesquisa prévia de preços de mercado. Obedecendo a uma diretriz da Lei estadual nº 13.191/2009, as áreas também receberam orientação para incentivar o credenciamento das empresas no portal eletrônico, a fim de participarem dos torneios virtuais.

Destaque ficou por conta da modalidade de pregão presencial, que registrou economia média de 29%, superando a sua equivalente no formato eletrônico. Entre as licitações realizadas por esta modalidade, foi contratada a prestação de serviços de restaurante e cafeteria.

Necessário registrar que, na contramão dessa economia auferida nos pregões, as licitações realizadas pelas modalidades convencionais não conseguiram resultados expressivos, não apenas pela característica imutável das propostas apresentadas, como também pela situação mercadológica que perpassa, desde o ano passado, a seara da construção civil³, área na qual está inserida a maioria dos objetos licitados por aquelas modalidades. Os índices de economia situaram-se nos patamares seguintes: Tomadas de Preços (7,30%); Convites (9,15%).

Em face de tudo isso, a efetiva economia proporcionada nas compras e contratações administrativas, no ano de 2011, foi de 17,70% (percentual de economia global, ou seja, todas as modalidades, inclusive cotações eletrônicas de preços).

Modalidade	Valor Estimado	Valor Licitado	% Economia
Convite	2.830.259,93	2.571.373,70	9,15%
Tomada de Preço	4.015.711,00	3.722.407,85	7,30%
Concorrência	-	-	-
Pregão Presencial	518.250,07	367.966,98	29,00%
Pregão Eletrônico	18.767.944,02	14.876.027,98	20,74%
Cotação Eletrônica	454.245,73	343.743,37	24,33%
TOTAIS	26.586.410,75	21.881.519,88	17,70%

Nota: A capacitação foi ministrada em 2011 a partir de curso "in company" contratado pela Administração no ano de 2010, cujo índice de economia no certame foi de 82,38% (R\$ 2.300,00 para treinamento de 30 pessoas).

Nota: O mercado de construção civil encontra-se aquecido, o que impulsionou os preços a um patamar que dificilmente será alcançado pelos órgãos públicos. As empresas, quando participam das licitações, apresentam suas propostas de preços próximas ao valor estimado, tendo como consequência a diminuição dos índices de economia.

GESTÃO DE PESSOAS

O Ministério Público, com vistas a aperfeiçoar constantemente os serviços prestados, investe na qualificação permanente de seu quadro de pessoas, bem como na realização de concursos públicos para prover a instituição dos recursos humanos necessários à efetivação de suas atribuições junto à sociedade.

Em 2011, diretamente ou por meio de parcerias com outras áreas, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) participou do aprimoramento cultural e profissional dos membros e servidores do Ministério Público, com o intuito de elevar os padrões técnicos e científicos dos serviços prestados pela instituição.

Houve Iniciativas inovadoras nesse ano, com sólidos indicativos de avanço para os próximos, a julgar pela boa acolhida que tiveram, como a criação de Grupos de Estudos e dos periódicos publicados pela Biblioteca João Bonumá: a Revista Eletrônica do CEAF e o Informativo do CEAF de Jurisprudência Internacional.

Os projetos foram definidos com base no levantamento de necessidades educacionais realizado pela equipe do CEAF junto às áreas da instituição e distribuídos nos Programas Educacionais, conforme quadro a seguir:

Programa Educacional	Cursos/Eventos Realizados
Direito	Atualização do Processo Penal; Alterações do Código Penal; Atualização em Direitos Difusos e Coletivos; Nova Lei de Falências e Recuperação Judicial; Improbidade Administrativa; Alterações do Código de Processo Civil.
Atuação Ministerial	Encontro Estadual – O Ministério Público como agente efetivo da investigação; 3º Seminário de Aperfeiçoamento em Direitos Humanos; Como Fiscalizar Instituições de Longa Permanência para Idosos com Efetividade e Sustentabilidade; Processos de Trabalho para Fiscalização de Instituições de Longa Permanência para Idosos – EAD; Encontro “A Lei 12.403/2011 e Seu Impacto Sobre a Atuação do Ministério Público”; Projeto Ressanear – Saneamento e Resíduos Sólidos em Pauta; Encontro Estadual para Capacitação Eleitoral; Palestra Sobre o Conselho do Controle de Atividades Financeiras (COAF) – Papel e Funcionamento; I Encontro de Promotores e Procuradores da Infância, Juventude, Educação e Família; Capacitação em Controle do Patrimônio Público; 1º Congresso Nacional da Campanha do Ministério Público denominada “O Que Você Tem a Ver Com a Corrupção?”.
Integração ao Ministério Público	Integração de Promotores de Justiça; Integração e Compartilhamento das Experiências de Vida e Profissão dos Novos Promotores de Justiça.
Formação de Gestores	Desenvolvimento e Integração de Gestores; Encontro de Integração da Administração Superior.
Língua Portuguesa	Pensamento, Palavra e (Red)Ação; A Linguagem do Texto Jurídico; Ortografia; Redação Oficial; Análise Sintática; Sinais de Pontuação.
Informática Usuário	Curso de Sistema Gerenciador de Promotorias – SGP; Curso de Sistema de Protocolo Unificado - SPU.
Informática Desenvolvedor	Curso de Administração do McAfee Web Gateway 7; Curso de Formação de Analistas de Negócios e 1ª Conferência Brasileira de Análise de Negócios; Congresso NETCOM; 12º Fórum Internacional de Software Livre.
Assessoramento Técnico	Curso de Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Curso “Conhecendo as Características e a Contabilidade do 3º Setor”; e participação em congressos, encontros, seminários, simpósios, nas áreas de: Psiquiatria, Psicologia Jurídica, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geoquímica, Auditoria de Obras Públicas, entre outros.



Áreas Administrativas

Formação de Facilitadores do PROPAD; Licitações: Fase Interna do Procedimento de Compras.

Pós-Graduação	Doutorados em Ciências Sociais, Direito, Filosofia; Mestrado em Direito; Especializações em Direito Ambiental Nacional e Internacional, Direito do Estado, MBA em Gerenciamento de Projetos, Direito Penal e Processual Penal, Direito Sanitário.
---------------	---

Outras Demandas

Atendimento ao Cidadão – EAD; Meio-Ambiente Conscientização e Prática – EAD; Capacitação para Facilitadores da Gestão Estratégica do Ministério Público; Introdução à Gestão Estratégica e de Projetos.

Grupos de Estudo e Publicações	Grupos de Estudo divididos em dez temáticas: Direito Constitucional, Processo Penal, Alterações do Código Penal, Alterações do Código de Processo Civil, Improbidade Administrativa, Defesa do Consumidor/ Estatuto do Torcedor, Defesa dos Direitos Humanos, Defesa do Meio Ambiente, Defesa da Ordem Urbanística e Defesa da Infância e da Juventude; Revista Eletrônica do CEAF; Informativo do CEAF de Jurisprudência Internacional.
--------------------------------	--

Somado os valores despendidos nos projetos desenvolvidos internamente e nas compras de vagas em diversos cursos oferecidos no mercado, o investimento total, do ano de 2011, foi de R\$ 334.511,15 (trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e onze reais e quinze centavos) em um total de 119 projetos educacionais distintos distribuídos em 146 turmas.

de R\$ 145,31 por pessoa, considerando os 2.302 integrantes da instituição (membros e servidores). A carga horária média de capacitação foi de 17,52 horas por pessoa.

O quadro a seguir demonstra os investimentos realizados em capacitação nos diversos programas educacionais:

Foram 2.688 participantes em mais de 4.000 horas de atividades, com um investimento médio

Programas	Investimento	%	Participantes	%	Investimento/participante
Direito	34.429,14	10,26	345	12,83	99,79
Atuação Ministerial	83.398,54	24,86	1146	42,63	72,77
Integração ao Ministério Público	7.300,00	2,18	52	1,93	140,38
Formação de Gestores	67.777,35	20,21	45	1,67	1506,16
Língua Portuguesa	50,00	0,01	484	18,01	0,10
Informática Usuário	9.594,89	3,13	163	6,06	64,45
Informática Desenvolvedor	2.030,00	0,61	8	0,30	253,75
Assessoramento Técnico	8.434,20	2,51	29	1,08	290,83
Áreas Administrativas	57.490,00	17,14	142	5,28	404,86
Pós-graduação	35.424,03	10,56	11	0,41	3220,37
Outras demandas	3.836,00	1,14	263	9,78	14,59
Despesas Gerais do CEAF	24.747,00	7,38	-	-	-
TOTAL GERAL	334.511,15	100	2.688	100	-

Projeto Estratégico: Pesquisa de Clima Organizacional

Com a participação de mais de 2.000 membros e servidores, realizou-se em 2011 a Primeira Pesquisa de Clima do MPRS, um dos projetos estratégicos da Instituição, desenvolvido para atender ao objetivo estratégico “Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho”.

Foram várias as fases necessárias ao desenvolvimento do projeto, iniciado com a aplicação de um questionário virtual pela Intranet da Instituição. No mês de novembro, concluído o tratamento estatístico e a análise dos resultados do questionário respondido por 2.115 pessoas, a equipe técnica responsável apresentou o relatório final do projeto a uma comissão de validação composta por representantes de membros e servidores, e entidades de classe da instituição. Naquela ocasião, todos os presentes à reunião validaram a metodologia utilizada, inclusive com relação ao aspecto da garantia da confidencialidade das respostas.

Em uma ação mais recente, ainda no final de 2011, organizou-se um fórum de debates

para a discussão das assertivas da pesquisa que foram consideradas como “pontos fracos” pelos participantes. O fórum apontou críticas, considerações e sugestões de melhoria que foram pensados aos demais dados da pesquisa. Para o próximo ano, caberá à Administração avaliar as informações produzidas, promover debates com os gestores envolvidos e propor planos de ação de melhoria.

Nomeações à Carreira do Ministério Público

O déficit já verificado em anos anteriores se manteve em 2011, conforme ilustrado no quadro abaixo, indicando a necessidade de nomeação dos candidatos aprovados no concurso para ingresso à carreira do Ministério Público. Também houve expressivo número de inativações, além de outros desligamentos.

Assim sendo, respeitada a disponibilidade orçamentária e a conformidade com os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foram providos 29 cargos de Promotor de Justiça de entrância inicial.

Cargo	Cargos Criados	Cargos Lotados			Cargos Vagos		
		2009	2010	2011	2009	2010	2011
Procurador de Justiça	140	111	110	108	29	30	32
Promotor de Entrância Final	285	199	202	204	86	83*	81
Promotor de Entrância Intermediária	296	241	244	245	52	49	51
Promotor de Entrância Inicial	184	106	98	103	79	87	81

* Retificação do dado informado no Relatório de 2010.

Movimentação na Carreira do Ministério Público

Entrância	Promoções		Remoções	
	2010	2011	2010	2011
Procurador	02	08	06	20
Entrância Final	10	18	30	48
Entrância Intermediária	22	21	36	51
Entrância Inicial	-	-	65	32
TOTAL	34	47	137	151



Nomeações de Servidores

Em 2011, foram empossados e entraram em exercício 50 novos servidores na Instituição, buscando suprir as vagas decorrentes de aposentadorias e de outras exclusões, bem como para suprir outras vagas que se mostraram necessárias.

Assim foram supridas vagas para os cargos de Agente Administrativo, Assessor Bacharel em Administração, Assessor Bacharel em Ciências Contábeis, Assistente Social, Secretário de Diligências, Engenheiro Mecânico, Técnicos de Áudio e Técnico Superior de Informática.

Evolução dos Recursos Humanos – 2006 a 2011

Ano	Total De Membros	Total De Servidores*	Total De Membros E Servidores
2006	672	1.863	2.535
2007	669	1.807	2.476
2008	664	1.890	2.554
2009	659	2.040	2.699
2010	654	2.084	2.741
2011	660	2.035	2.695

* Inclui os de provimento efetivo, adidos, cargos em comissão e estabilizados.

Dados de Pessoal Fornecidos ao Conselho Nacional do Ministério Público

Descrição	Total
Nº de cargos de Procuradores de Justiça criados	140
Nº de cargos de Procuradores de Justiça providos	108
Nº de cargos de Promotores de Justiça criados	765
Nº de cargos de Promotores de Justiça providos	552
Nº de cargos de Servidores de carreira criados	2162
Nº de cargos de Servidores de carreira providos	1640
Nº de Cargos em Comissão criados	550
Nº de Cargos em Comissão providos	312
Nº de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargo em comissão	83
Nº de vagas de estágio criadas	1591
Nº de vagas de estágio providas	1434
Nº de membros inativos	255
Nº de servidores inativos	95
Nº de comarcas	165
Remuneração média de membros ativos	R\$23.320,67
Remuneração média de membros inativos	R\$23.388,93
Remuneração média de servidores ativos	R\$7.569,39
Remuneração média de servidores inativos	R\$11.249,86

GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO

Projeto Estratégico: Padronização e Organização Administrativa das Promotorias de Justiça (PROPAD)

O PROPAD é um dos projetos desenvolvidos na Gestão Estratégica do Ministério Público, associado ao cumprimento do objetivo “**Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa**”. Diante da evolução da estrutura do Ministério Público, do contínuo crescimento de suas demandas de atuação e da necessidade de cumprir o seu planejamento orçamentário, surge o desafio de acompanhar o constante desenvolvimento de sua organização administrativa.

O principal objetivo do PROPAD é tornar a estrutura operacional das Promotorias de Justiça eficiente, pela introdução da padronização dos fluxos de trabalho, bem como da organização da sua estrutura funcional. Como resultado da aplicação das diretrizes do projeto, objetiva-se também a agilidade das rotinas de trabalho, a preparação para o processo eletrônico, além do crescimento da produtividade e a segurança na realização das tarefas, pela eliminação de retrabalhos e controles desnecessários, gerando melhor qualidade de vida no trabalho. Visa, também, à qualificação e a otimização dos serviços prestados pelas Promotorias de Justiça.

Em continuidade ao trabalho iniciado no ano anterior, com a implantação do PROPAD nas Promotorias de Justiça do interior do Estado, durante o ano de 2011, realizou-se a etapa de implantação do projeto nas Promotorias de Justiça de Porto Alegre. Nesse período, o PROPAD foi implantado em 27 Promotorias de Justiça de Porto Alegre, na Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos e em oito Promotorias de Justiça do Interior do Estado, totalizando, desde o início do Projeto, a implantação em 189 Promotorias de Justiça de um total de 192. A verificação da efetiva adequação das Promotorias de Justiça será analisada a partir da etapa da Certificação, que se inicia no ano de 2012.

A implantação do PROPAD pelas Promotorias de Justiça tem trazido, além de um trabalho mais célere, maior fidelidade de dados relativos às atividades realizadas. Também foi implementada nas Promotorias de Justiça a Pesquisa de Satisfação no Atendimento, que permite a análise das críticas e sugestões pelas pessoas atendidas pelo Ministério Público, com a finalidade de aprimorar o atendimento prestado pela instituição. Por último, entende-se que os avanços no desenvolvimento do projeto proporcionam a preparação da instituição para a virtualização de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais.

Dados da Implantação do PROPAD – 2011

Cursos de Formação de Facilitadores realizados	4
Facilitadores Capacitados	52
Cursos de Adequação ao PROPAD realizados	10
Promotores de Justiça Capacitados	120
Servidores e estagiários nas apresentação do PROPAD	348
Visitas Realizadas	40
Promotorias de Justiça com PROPAD implantado em 2011	37

Ganhos de eficiência Operacional com a Implantação do PROPAD em 2011

Resultado Operacional da Implantação do PROPAD	
Crescimento do número de usuários do Sistema Gerenciador de Promotorias	39,37%
Crescimento do número de Promotores de Justiça que passaram a utilizar o Sistema Gerenciador de Promotorias	66,17%
Crescimento do número de registros de atendimentos no Sistema Gerenciador de Promotorias	148,97%
Crescimento do número de peças anexadas no SGP, reduzindo o consumo de papel, o uso de impressoras e o trabalho de gestão documental	97,14%
Crescimento no registro de prazos no sistema, possibilitando a utilização de Agenda do SGP	200,97%



INFRA-ESTRUTURA PREDIAL

No ano de 2011 foram edificadas 5.004,00 m² compreendendo construções, ampliações e melhorias. Deste total, 2.113,00 m² representam seis novas sedes que foram entregues.

Com as inclusões, o Ministério Público passou a contar com 154 sedes próprias, destas, 144 localizam-se no interior e 10 em Porto Alegre.

O número de Promotorias instaladas em espaços locados foi reduzido para 22, sendo 17 locações de terceiros (interior) e cinco do Tribunal de Justiça (três no interior e duas em Porto Alegre).

Quadro Demonstrativo do Número de Sedes Próprias

Ano	Sedes Próprias Construídas	Total de Sedes Próprias
até 2002	43	43
2003	11	54
2004	18	72
2005	25	97
2006	14	111
2007	17	128
2008	5	133
2009	11	144
2010	5	149
2011	6	154*

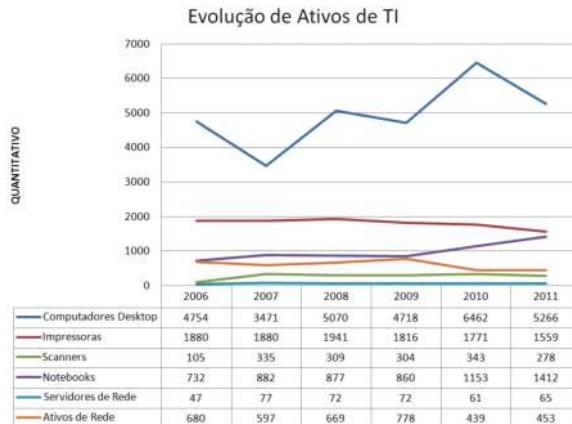
*Em 2011 foram construídas seis novas sedes, entre elas a de Horizontina que, apesar de já possuir sua sede própria teve que entrar na programação em decorrência da mudança de endereço do Fórum. Por este motivo o total de sedes passou para 154 e não 155 (que seria o somatório do ano anterior com as construídas em 2011).

Em 2011 foram construídas as sedes das Promotorias de Justiça de Catuípe, Estância Velha, Encantado, Horizontina, Itaquí e Promotoria de Justiça Regional do 4º Distrito - Porto Alegre.

INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Ministério Público em 2001 permaneceu dedicando atenção especial aos serviços de tecnologia de informação.

Destaca-se este ano o esforço empreendido na preparação dos diversos sistemas de informações existentes para implementação das Tabelas Unificadas do Conselho Nacional do Ministério Público, projeto de âmbito nacional.





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL